



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL AFRO-BRASILEIRA

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HIPÓLITO MENDES

MINDJERIS DI GUINÉ-BISSAU TENÉ BALUR

**São Francisco do Conde
2016**

HIPÓLITO MENDES

MINDJERIS DI GUINÉ-BISSAU TENÉ BALUR

Trabalho de conclusão do curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Humanidades
pela Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.
Co-orientador: Acácio Sidnei Almeida.

**São Francisco do Conde
2016**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491m

Mendes, Hipólito.

Mindjeris di Guiné-Bissau tené balur / Hipólito Mendes. - 2016.
83 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

Co-orientador: Prof. Dr. Acácio Sidnei Almeida.

1. Identidade de gênero - Guiné-Bissau.
2. Mulheres - Guiné-Bissau - Condições sociais.
3. Mulheres na política - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.4096

HIPÓLITO MENDES

MINDJERIS DI GUINÉ TENÉ BALUR

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

Aprovado em: 25 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Doutor em Teologia pelo PPG-EST em São Leopoldo-Rio Grande do Sul/Brasil.

Universidade Da Integração Internacional Afro-Brasileira-Unilab-Campus dos Malês.

Prof^a. Dr^a. Fabia Ribeiro Barbosa

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira-Unilab-Campus dos Malês.

Prof^a. Dr^a. Juliana Barreto Farias

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo-USP.

Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira-Unilab-Campus dos Malês.

Ao meu falecido pai, Domingos Mendes, minha mãe Isabel, minhas madrastras Teresa Mendes e Nhelém Conceição Mendes, meu tio Sana Mendes, a sua esposa Vitoria Mendes, a minha querida Filomena Fernandes e aos meus filhos: Keynes Mendes, Keynesio Mendes e Helizangela e as minhas irmãs e irmãos.

AGRADECIMENTOS

A vida não é fácil principalmente ficar longe dos familiares e amigos de longos anos. O pior ainda é ficar longe dos educandos (filhos), o que na verdade nem todos têm essa coragem. De fato já tinha a ciência de que viver longe da sua família é um algo parecido de prisão. Pois foi por esta razão que, em 2012 desisti na última hora de concorrer à bolsa de Unilab. Nos finais de 2013 voltei de novo a me inscrever na Unilab. Em 20 de março de 2014, quando vi no site da Unilab o meu nome na lista dos aprovados para estudar no Brasil, em vez de contentar, fiz o contrário, ficava triste porque sabia que ia ficar muito distante dos meus filhos.

Por esta razão a decisão foi tomada com a participação de amigos e familiares. Por isso, quero agradecer ao meu tio Sana Mendes e a sua esposa Vitoria Mendes, por aceitarem se responsabilizar da minha família, a minha madrinha Aldina Mendes que desde a primeira hora me deu coragem de não desistir, Nelson Mendes, Fernando Mendes (Nando), Sanquinho Mendes, irmãos que deram contribuição à minha vinda para Brasil.

Este agradecimento vai para Alberto Filomeno Pinto Cabral por aceitar de assinar termo de responsabilidade financeira. Aos amigos nas pessoas de Ucalá Mendes, Justino Adriano Fernandes, por me emprestarem dinheiro para compra de passagem aérea. Pedro Sana Catame, Armandinho Rodrigues e Mussa Cissé por apoio financeiro. Hoji de Fausto Henda da Cunha, amigo de longos anos, pela atenção que está dando a minha família, Faustino Manuel Rodrigues, Ami Mancacadjam pelo apoio moral que me deram. Aos colegas da primeira turma na Unilab pela recepção no momento de adaptação, em particular Fabricio de Senas, Joanice Bispo e Elaine dos Santos Ribeiro.

Não podia terminar esse meu agradecimento sem mencionar a Direção do Campus dos Malês, destacando a professora Nubia Moura, antiga Diretora do Campus do Malês e sua equipe na pessoa de Adelmária Ione dos Santos, Reinaldo Pereira de Aguiar, Valnei Borges, Fabiana Bulcão e demais pessoas. Esse agradecimento vai estender também aos professores do Campus em Geral pelo amor e paciência souberam lidar com as diferenças.

Destaco a contribuição valiosa do meu orientador o Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva a pessoa com quem labutamos juntos desde os primeiros momentos para que este trabalho com total êxito, de igual modo agradeço também o Prof. Dr. Acácio Sidnei Almeida pela confiança que teve em mim em aceitar a proposta de ser meu Co-orientador. Agradeço também ao Prof.

Dr. Gerhard Seibert, Prof^a Dr^a. Maria Claudia Cardoso Ferreira e Prof^a Dr^a. Patrícia Godinho
Gomes da UFBA.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é de conhecer e compreender as atividades econômicas informais das mulheres guineenses e suas realidades no campo político, econômico e a discriminação de gênero com vista ao seu reconhecimento social. A sociedade guineense desde os séculos passados minimiza o papel da mulher nos aspectos econômicos, políticos e igualdades de direitos entre homens e a mulheres. O comportamento que vai coloca-la em segundo plano. Com este trabalho, pretendemos descrever a importância da mulher no crescimento econômico guineense. Analisar com agudeza de como, com que meios, político, metodológico utilizados nas atividades para superar as dificuldades difíceis em que se encontrava o país. O reconhecimento da importância da contribuição das mulheres no crescimento econômico guineense e a sua participação política contribuirá no desenvolvimento socioeconômico do país. O resultado dos estudos nos permite constatar que as mulheres guineenses têm contribuído no crescimento da economia do país a partir do olhar da agricultura e comércio informal. Contudo, os obstáculos enormes sem que haja apoio dos governos. Por esta razão dificulta o desempenho eficaz das suas atividades. A participação massiva das mulheres no comércio informal está relacionada com a insuficiência de instruções acadêmica que lhes foram limitadas. Este fato reduz a presença das mulheres o mercado formal, tendo em conta a exigência de nível de escolaridade. No entanto, elas estão limitadas nas escolhas de postos de trabalhos.

Palavras-chave: Economia Informal. Atividades econômicas das mulheres guineenses. Desigualdade de gênero - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The objective of this work is to know and how the informal economies of Guinean women and their realities in the political field, economic and a gender discrimination with a view to their social recognition. Guinean society since the past centuries has minimized the role of women in economic, political and equal rights between men and women. The behavior that will put her in the second plan. With this work, we intend to describe the importance of women in Guinean economic growth. To analyze with sharpness of how, with what political methodological means used in the activities to overcome the difficulties in which the country was. Recognition of the importance of women's contribution to Guinean economic growth and their political participation will contribute to the socioeconomic development of the country. The results of the studies show that Guinean women have contributed to the growth of the country's economy from the perspective of agriculture and informal trade. However, the huge obstacles remain without the support of governments. For this reason it hinders the effective performance of her activities. The massive participation of women in informal trade is related to the lack of limited academic instruction. This fact reduces the presence of women in the formal market, taking into account the requirement of level of schooling. However, they are limited in job choices.

Keywords: Informal economy. Guinean women's economic activities,.Gender inequality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da Guiné-Bissau	19
Figura 2	As milícias populares	29
Figura 3	Colégio em de São Domingos	46
Figura 4	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	60
Figura 5	União Econômica Monetário da África Ocidental	61
Figura 6	Distribuição dos postos de controle	64
Figura 7	Posto de controle	66
Figura 8	Rede de fluxo de mercados	68
Figura 9	Rede de fluxo de mercados de Cambadju, Bafatá, Kolda, Diobé	97
Figura 10	Rede de fluxo de mercados de Pitchi, Gabú, Saré Boido e Fulemory	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Os deputados no parlamento guineense entre	42
Quadro 2	As mulheres no poder judiciário	45
Quadro 3	Denúncias de violência contra as mulheres por região	48
Quadro 4	Violência física contra as mulheres	50
Quadro 5	Homicídios contra as mulheres	51
Quadro 6	Violência psicológica contra as mulheres	52
Quadro 7	Casamento forçado em as vítimas são mulheres	53
Quadro 8	Postos de controle e os pagamentos suportados pelas bidéiras	65
Quadro 9	Estimativa de vendas por mercado-lumo	71
Quadro 10	Estimativa de participantes no mercado-lumo	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação dos deputados no parlamento entre homens e mulheres	44
Gráfico 2	Proporcionalidade das denúncias da violência contra mulher	49
Gráfico 3	Proporcionalidade da violência física contra mulheres	50
Gráfico 4	Proporcionalidade de Homicídios contra as mulheres	51
Gráfico 5	Proporcionalidade de violência psicológica contra mulheres	53
Gráfico 6	Proporcionalidade de denúncias de casamento forçado	54
Gráfico 7	Vendas por mercado-lumo	71
Gráfico 8	Visitantes de mercado-lumo	73

LISTA DE ABREVIATURAS

AFH	Agregado Familiar do Homem
AFM	Agregado Familiar da Mulher
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
AMAE	Associação das Mulheres de Atividades Econômicas
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CIET	Conferência Internacional dos Estatísticos de Trabalho
CIT	Conferência Internacional de Trabalho
CLSTP	Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
CONCP	Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesa
DENARP	Documento Estratégico Nacional da Redução da Pobreza
FLING	Frente da Luta para Libertação da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente da Libertação de Moçambique
ILAP	Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza
INASA	Instituto Nacional de Saúde
INEC	Instituto Nacional de Estatística
MAC	Movimento Anticolonial
MLG	Movimento para Libertação da Guiné
MMFSS	Ministério das Mulheres, Família e Solidariedade Social
MPLA	Movimento Popular para Libertação da Angola
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT-	Organização Internacional de Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Português
PAM	Programa Alimentar Mundial

PIB	Produto Interno Bruto
UDEMU	União Democrática das Mulheres
UEMOA	União Econômica Monetário da África Ocidental
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A GUINÉ-BISSAU	19
2.1	OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	20
2.2	LUTA ARMADA E PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	23
3	GÊNERO E RELAÇÃO COM A SOCIEDADE	28
4	A MULHER NO CONTEXTO SOCIAL GUINEENSE	36
4.1	A MULHER NA TOMADA DE DECISÃO	41
4.2	A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E A SUA INSERÇÃO SOCIAL	47
5	A INSERÇÃO DA MULHER GUINEENSE NA ATIVIDADE ECONÔMICA INFORMAL	56
5.1	A MULHER NO MERCADO-LUMO E A SUA TRAJETÓRIA	59
5.2	A MULHER NA PESCA E VENDA DOS PESCADOS	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Em grande parte das sociedades africanas, contextualizar o lugar da mulher significa, sem dúvida, debruçar na desigualdade de gênero de forma generalizada. A organização social baseada no sistema patriarcal constituiu um viés de desequilíbrio de igualdade entre homem e a mulher. Elas são vulneráveis, na pobreza, saúde, economia, invisibilidade social, educação, emprego e na participação política (tomada de decisão) que ainda tem pouca representatividade. Apesar da existência de leis nacionais, convenções internacionais assumidos pelos governos, porém falta muito ainda no que se refere ao engajamento do governo nas políticas públicas para as mulheres.

O comportamento sociocultural étnico que hegemoniza o homem em toda esfera social legitima a violência baseada no gênero. A submissão da mulher ao homem é com a ideologia de feminizar a pobreza da mulher guineense. Balde e Mendes (2014) ao analisarem o nível da pobreza extrema no país constataram que, num total de 100% dos pobres 51,4% eram mulheres, ou seja, as mulheres representavam mais da metade da população pobre no país.

Os dados estatísticos acima demonstram claramente a desigualdade social baseado no gênero, a política pública de inclusão da mulher nos espaços político, econômico, educativo e emprego formal parecem um fenômeno imaginário que nunca foi executado. A saúde da mulher é um dos elementos endêmicos e, que causa a perda de vida. A falta de cuidados em consonância com ausência de assistência adequada aumentou nos últimos anos as doenças transmissíveis. A prevalência de VIH/SIDA a nível nacional era 3,4 somando os três tipos sendo “VIH-1 aparece como o vírus mais frequente (1.8%), enquanto a do VIH-2, único vírus que circulava na Guiné-Bissau nos finais dos anos oitenta, foi de 0,9% e da dupla infecção de 0,7%”. E em relação aos sexos as prevalências das mulheres eram maiores que as dos homens (4.8% e 1.6%) respetivamente (INASA, 2011).

O patriarcalismo não é nada menos que uma ideologia conceituada por homens para fins de dominação. A partir deste pressuposto que o homem materializou os seus dispositivos de supremacia em relação à mulher.

Nesse mesmo contexto, a situação pode ser semelhante a outros países africanos, porque a maioria dos Estados no continente africano apresentam as características similares. No caso da Guiné-Bissau em particular a igualdade de gênero está longe de ser uma realidade enquanto a organização social predominante é baseada no modelo patriarcal.

Esse tipo de organização social reflete em certa medida, na organização política nacional. Ao lado disso, a participação política é exemplo claro e evidente. Desde a independência do país em 1973, (proclamação unilateral) até à entrada da democracia jamais as mulheres ultrapassam 20% da sua participação na Assembleia Nacional Popular.

Atualmente é notável a participação ativa da mulher no desenvolvimento econômico no continente africano. De igual maneira na Guiné-Bissau, as mulheres estão empenhadas em diversos setores que contribuam no desenvolvimento do país principalmente no comércio informal. Este setor tem sido fonte de rendimento para economia familiar de inúmeros agregados familiares guineenses. Contudo, deparam com problemas de várias ordens financeiros, falta de instituições de créditos, materiais de trabalho, com poucos meios de transporte de cargas-mercadorias dificultam a mobilidade das mulheres e finalmente espaço de instalação de vendas dos produtos, documentações que lhe impedem de circular livremente dentro do país assim como nas fronteiras.

O problema que se coloca neste trabalho está ligado à inquietação que se prende sobre o papel importante que as mulheres têm vindo a desenvolver no país. A crise política que eclodiu nos anos de 1998 e 1999, provocada por conflito político militar deu-se uma mudança estrutural do agregado familiar. O homem que era provedor passou a ser consumidor, fato resultante do desemprego. A partir dos finais do ano 1999 e princípio de 2000, para fazer face à crise as mulheres optaram no trabalho informal baseada no comércio interno e transfronteiriço.

Tendo em vista o quadro esboçado acima, temos o propósito de investigar a realidade das mulheres guineenses, destacando os aspetos político, económico, social, à violência baseada no género. Para fins técnicas científicas a investigação delimitará o período de 2000-2014. Desta forma, nos importa realizar um estudo que reflita sobre a participação das mulheres guineenses no crescimento económico e a sua inserção social a partir do período acima mencionada. Tendo em vista disso, o objetivo principal do trabalho é de conhecer e compreender as atividades económicas informais das mulheres guineenses e sua realidade no campo político, económico e a discriminação de género com vista ao seu reconhecimento social. Por este caminho nos permitiram a ter informações com vista a melhorar a vulnerabilidade das mulheres guineenses no sentido de incrementar as políticas públicas adequadas para que possam desenvolver com eficácia as suas atividades económicas. Posto isso, especificamente pretendemos:

1. Identificar as dificuldades que as mulheres enfrentam no percurso de exercício de comércio informal;

2. Identificar como se dá a inserção da mulher na vida social e política da Guiné-Bissau;
3. Identificar e avaliar o fenômeno da discriminação contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica;
4. Avaliar a participação da mulher no crescimento econômico da Guiné-Bissau, tendo em vista o comércio informal.

Por fins de averiguação optou-se por uma abordagem quantitativa de cunho exploratória baseada nos dados secundários nas fontes de origem confiável. Também se acessaram os estudos e pesquisas acadêmicas artigos, livros, monografias, dissertações, teses etc. provenientes de fontes impressas e digitais. Trabalhamos com os relatórios, documentos do governo guineense e das organizações não governamentais nacionais e internacionais. Completou-se com ajuda dos cidadãos guineenses que trabalham com as mulheres das atividades econômicas informais, através de contatos de e-mail e os residentes no Brasil por e-mail e telefones. Por meio desta via que conseguimos realizar o nosso trabalho da pesquisa bibliográfica.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da parte introdutória que inclui os seus objetivos gerais e específicos, problema que norteou a investigação e a sua metodologia de pesquisa. No primeiro capítulo destaca breve historial da Guiné-Bissau, da ocupação colonial e sua independência unilateral, em 1973, e pelo reconhecimento de Portugal, em 1974; a composição demográfica e a organização administrativa. No segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, destacando os argumentos dos autores e autoras, também foi revisada as bibliografias de entidades, que falaram sobre a situação da mulher na sociedade no campo político econômico, o surgimento de movimentos feministas nas décadas de 1970. Ainda neste capítulo, conceitua o trabalho informal e sua prevalência em diferentes países do mundo. O terceiro traz uma abordagem sobre a violência contra mulher guineense baseada no gênero, a vulnerabilidade econômica baixa em relação ao dos homens, excisão feminina, o fenômeno que está causando problemas da saúde reprodutiva da mulher. Um dos assuntos que merece ser destacado neste capítulo é a participação política das mulheres desde proclamação da independência unilateral (1973) até última legislatura, em 2014. O quarto e ultimo destaca breve panorama de economia da Guiné-Bissau, a implementação de programa de ajustamento estrutural que se deu nos anos 80, que culminou com o liberalismo econômico. Destaca também a participação da mulher na geração de economia com ênfase na no comercio informal, a conhecida mulher *bideira* na Guiné-Bissau.

2 GUINÉ-BISSAU

Geograficamente, a Guiné- Bissau fica situada na costa Ocidental da África; estabelece as fronteiras a Leste e Sul com Republica da Guiné Conacri, ao Norte com República do Senegal e Oeste pelo Oceano atlântico. A superfície total é de 36.125Km², a população total é de 1.497.859 milhão de habitantes (dados de recenseamento geral da população, 2009), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC). A população da Guiné-Bissau está composta por homens 48,5% e mulheres 51,5%. A população é majoritariamente jovem.

A Guiné-Bissau está entre os países colonizados por Portugal. Divido os movimentos das independências que eclodiu no continente africano em 1963 iniciou a luta armada liderada pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em Setembro de 1973, proclamara a independência unilateral, e um ano depois, em 1973, o governo português reconhece a independência a qual passou de então Guiné Portuguesa para o que é chamado de República da Guiné-Bissau. O clima é tropical e húmido, com duas estações do ano seca que começa de 15 de Novembro indo até 15 de Maio e vice versa.

Figura 1-Mapa político da Guiné-Bissau.



Fonte: Disponível em: <http://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>. Acesso em: 22 Out. 2016.

Politicamente o país é dividido em nove (9) regiões administrativas incluindo o setor autônomo de Bissau, temos Bolama Bijagós, Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Gabú, Quinará e Tombali. Essas regiões são administradas por governadores nomeados pelos partidos que tem maioria para formar governo. Ainda é subdividida em setores, em subordinação dos governadores e administradas por administradores.

2.1 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

A penetração europeia foi sem dúvida, facilitada pelos missionários europeus. Sendo estes com objetivo de evangelização pelo contrário fizeram valer os interesses não diretamente ao próprio cristianismo, mas indiretamente beneficiava a igreja católica através da dupla missão no continente africano: evangelização e trocas comerciais em simultâneo, com os nativos locais. A avaliação dos primeiros missionários sobre os africanos dava de conta que os africanos eram pagãos, povos sem Deus. Nesta percepção fez com que facilitasse a divisão de raça que ocorreu no século XVIII, que julgava que os povos africanos eram descendentes de "Caim" que foi expulso por Deus (CABRAL, 1988, p. 45).

Os primeiros contatos entre os portugueses e africanos da costa da Guiné, remota os anos de 1434, quando o enviado de Dom Infante Henrique, Gil Eanes, contornava cabo Bojador com o intuito de encontrar novas terras para a Coroa portuguesa. Neste período o navegador não havia contato direto com os povos da costa da Guiné. Os navegadores portugueses tiveram facilidade de adaptar o clima, depois de ter passado uma experiência na Ceuta, pequena península Almina¹ no continente africano no mar mediterrâneo (Cabral, 1988, p. 30).

Com efeito, os navegadores portugueses pela ordem de D. Infante Henrique por volta de 1533, criou-se, portanto, a diocese de Cabo Verde e Guiné com sede em Cabo Verde na ilha de Santiago. A história das ilhas de Cabo Verde teria uma explicação um pouco diferente da de Guiné-Bissau tendo em vista não só a situação geográfica, mas o fato de a ilha ter sido colonizada duas vezes. A primeira colonização aconteceu logo com a chegada dos portugueses em 1462. Eles instalaram-se em Santiago onde hoje fica Capital, Praia, e a segunda viria acontecer em 1484, com a volta da Coroa portuguesa. Por volta de 1535, ocorreria a instalação da Igreja Católica pelo bispo, cuja jurisdição abarcava a costa do continente. A instalação dos portugueses na ilha de Cabo Verde dava, sem dúvida, dava os portugueses a facilidade de chegar ao continente africano. Visto que, a ilha de Santiago é a mais próxima do continente africano. Ali ficaria o governador (PERSON, 2011, p. 355).

Este contato entre os colonialistas portugueses e os povos autóctones como afirma Cabral (1988) tinha sido um comportamento de vicissitudes. Uma vez que, desde os primeiros momentos de contato havia intenções de grande interesse religioso e geopolítico dos portugueses facilitado pela Igreja Católica. A presença da Igreja Católica no continente

¹ Província de Almina é uma província que fica situada no norte da África no estreito de Gibraltar onde fica a Cidade autónoma espanhola, Ceuta.

africano como mentora do regime imperial europeu foi criticado por vários autores africanos e pan-africanos. De acordo com historiador Acosta-Leyva (2016) a presença dos missionários no continente africano, mostra-se um agente importante a respeito do artifício de colonização. Ainda o mesmo autor afirma que os missionários nos primeiros momentos de contatos no interior do continente enfrentaram barreiras. Os africanos resistiam até as últimas instâncias. No caso da atual Guiné Bissau, o navegador Nuno Tristão ao tentar penetrar para interior passando pelo Rio Geba, enfrentara uma guerra terrível se não com a derrota (ACOSTA-LEYVA, 2016).

A política portuguesa tinha duas linhas traçadas: no plano religioso, evangelizar os “pagãos” para o cristianismo e no comercial exportar produtos e importar especiaria e escravos.

Ora, sabemos que a Guiné portuguesa, atual Republica da Guiné-Bissau após a sua independência, foi "descoberto" pelo navegador português Nuno Tristão, em 1446, de caravela penetrou chegara através de Rio Geba. Teria sido, portanto, ele quem conseguia fazer a volta da guiné reconhecendo a zona costeira da Guiné-Bissau.

O processo de colonização na Guiné-Bissau pode ser analisado em duas fases distintas: o primeiro período dominante de trafico de escravos em que os portugueses faziam contatos por simples trocas comerciais, importação de especiarias e exportação de escravos que vai desde (1446-1885) após a conferência de Berlim e o segundo período de colonização propriamente dita entre 1885-1974, isto é, a ocupação efetiva que terminara com a independência por meio da luta armada (PERSON, 2011, p. 355).

Os primeiros portugueses instalados na Guiné estabeleceram inicialmente a administração privada da Coroa portuguesa. O comércio era controlado pelos comerciantes "arrendatários ou companhias" que ao mesmo tempo controlavam a navegação que assegurara o comércio dos escravos e outros produtos. Estes se movimentavam livremente sem nenhuma interferência politico-militar no território. Depois desta experiência de admiração privada, via-se que esta não daria as vantagens esperadas, sobretudo ao capital comercial e financeiro. O Sistema vai ser substituído de privada para público, agora controlada pelo Governo da metrópole colonial. Desta forma, a mudança no sistema administrativo irá culminar com a ocupação efetiva dos portugueses na Guiné portuguesa. A administração efetiva encarregara o processo de preparação e garantir a ocupação efetiva do colonizador e a implementação das estruturas necessárias e completas na inserção econômicas, políticas, e sociais baseada no sistema capitalista, apoiadas pelas sucessivas campanhas militares de dominação, a introdução

de sistema monetário nas trocas comerciais e consequentemente a dominação do trabalho forçado (GOMES, 2010).

Segundo Gomes (2010) o processo de implementação de trabalho forçado que se juntava todos os nativos dava grandes preocupações ao governador da província ultramar tendo em conta a diversidade étnica e culturais que se caracteriza a sociedade em causa. A autora ainda destaca o papel importante de Cacheu nesse processo afirmando que:

Ao longo deste processo, Cacheu exerceu um importante papel como ponto de referência para os portugueses, pois foi nesta povoação que foi instituído o primeiro sistema de administração (a privada), que iria criar as condições necessárias ao advento do segundo sistema de administração (a pública), para além de ter sido o ponto de partida do processo de evangelização das populações africanas (GOMES, 2010, p. 20).

A cidade de Cacheu começara a sua “formação” nos meados de 1588, nesta data registava presença dos comerciantes portugueses que ali habitavam nas aldeias juntos com os africanos, e mais tarde separados dos negros para fundarem as suas aldeias à margem do rio São Domingos. Estes comerciantes conhecidos por lançados controlavam o comércio na região. Cabiam eles a concessão de licenças e o arrendamento por si a área de exploração e controlo administrativo das receitas do comércio (GOMES, 2011).

Nas ilhas de São Tomé e Príncipe após a sua descoberta entre 1470 e 1471, por navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar a serviço da Coroa portuguesa as ilhas de arquipélago não havia sido povoada. Conforme Seibert (2002) os navegadores quando chegou o que é hoje São Tomé e Príncipe a ilha de Fernando Pó era a única que havia sido povoada pela população africana. Neste processo o êxito da presença portuguesa foi facilitado pelos contatos que a Coroa português estabelecia com o reino do Congo por volta de 1482. Ao passar de três anos depois de descobrimento, pela autorização do rei D. João II as ilhas foram cedidas à exploração de João Paiva que terá uma missão de preparar futuramente a colônia para coroa portuguesa. Devido às condições climáticas este arrendatário, sem sucesso, não conseguiu fundar a colônia. Em 1493, outro arrendatário, Álvaro Caminha, no Nordeste da ilha fundou a colônia com sucesso. O povoamento de São Tomé devia-se aos deportados “crianças e os judeus vindos de Portugal que haviam sido expulsos de Espanha” (SEIBERT, 2002, p. 34).

A instalação dos portugueses nas ilhas viu o seu processo fácil e hábil na estruturação económica, social e cultural em relação ao continente onde enfrentara a resistência dos povos que ali habitavam. Contrariamente de muitos países africanos,

prematuramente, por assim dizer, a colonização de Príncipe começara em 1502, ou seja, trinta e dois anos depois da descoberta. Isto é, quando a ilha fora cedida ao senhor António Carneiro que procedera com a importação da mão-de-obra no continente africano após a liberação de compra e venda dos escravos na região.

Esta iniciativa devia-se ao fato da implantação da indústria açucareira no arquipélago, uma economia emergente na época. Demandava, portanto, a mão-de-obra para cultivo de cana-de-açúcar na qual importava os escravos vindos de alguns países africanos, por exemplo, Angola, Congo, Moçambique, Cabo Verde e os europeus como assinalamos atrás (SERQUEIRA, 2010).

Quanto à colonização da Guiné-Bissau, teve o seu começo na segunda metade do século XIX e terminou na segunda metade do XX. A Conferência de Berlim realizada entre 1884 e 1885, definira a ocupação efetiva dos imperialistas europeus aos territórios africanos. Tendo em vista a esta prerrogativa definida unilateralmente entre os imperialistas europeus sem que tomasse parte à representação africana se deu início à colonização do continente. Nos finais do século XIX, as companhias europeias se instalavam cada uma no seu respetivo “território” como forma de preparar a vinda de produção colonial e consequentemente a inserção do sistema de produção capitalista. O continente vai ser subjugado ao colonialismo e assistirá mudanças sociais, econômicas e culturais. (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

1.2- LUTA ARMADA E PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.

As independências dos países vizinhos de então Guiné Portuguesa o que é hoje Guiné-Bissau, influenciarão a criação dos movimentos da libertação. Caso concreto da Guiné-Conacri independente, em 1958, e Senegal, em 1960, ambas antigas colônias francesas na África ocidental (SILVA ; SANTOS, 2014).

De acordo com Silva e Santos (2014) a independência destes dois países criava um clima de desconfiança a governo colonial português. Preocupado de uma eventual eclosão de manifestações dos povos da Guiné o Governo colonial flexibilizar a estrutura de elenco governamental na província ultramar. Apesar desta nova estratégia de governação que, em 1951, mudara estrutura do governo, o antigo Ministério das Colônias para Ministério de Ultramar e acrescentara o Ministério de Exercito. O projeto de um novo governo pretendia, portanto, que o governo fosse de inclusão permitindo a entrada dos guineenses nacionais no Governo. A finalidade era prevenir as futuras revoltas. Dado a esse clima de insegurança, o

governo de Salazar² intensificara a montar as estratégias de prevenção. Não vai demorar para formar novos quadros militares que estarão preparados para defender o inimigo.

Enquanto o governo ultramarino organizava as estratégias de insurreição contra os movimentos independentistas, não tardara o Movimento da Libertação da Guiné (MLG) organizara ataque “em julho de 1961, contra os portugueses. Neste ano ocorreu um curto surto de atos de terroristas (este é constatação de Silva & Santos) perpetrados pelo Movimento da Libertação da Guiné, dirigido por François Mendy. Este movimento que vai lançar os ataques, às povoações de São Domingos, Suzana e Varela, junto com Noroeste com o Senegal” (SILVA ; SANTOS, 2014, p. 114). Nos momentos antes de início da luta protagonizada pelo PAIGC, o então governo colonial tinha sido alvo de ataques dos movimentos que emancipavam a independência da Guiné-Bissau.

O propósito de ataque de Movimento da Libertação da Guiné (MLG) era, de fato, uma forma de exigir o governo de Salazar a formação de um governo que incluísse os guineenses, ou seja, governo federativo. O MLG por sua vez endossou um documento que irá destinar ao governo de Lisboa. Na ocasião Salazar recebera Benjamim Pinto Bull em Lisboa a fim de apresentar a proposta. A proposta a priori fora bem acolhida e aceita. A delegação de MLG mal voltar para Guiné, Salazar passado alguns dias num discurso proferido em Lisboa, irá romper com acordo assinado com a delegação do MLG liderada por Pinto Bull. O ataque do MLG de 1961, sem duvida serviria de alerta às autoridades portuguesas quer na Guiné assim como em Portugal. Preocupado com a situação o cônsul português em Dakar envidara a sinergia na formação de um governo inclusão (SILVA ; SANTOS, 2014).

A luta da independência da Guiné e Cabo Verde fora antecedidas de sérias negociações diplomáticas quer no plano interno assim como externo. O PAIGC através da sua direção que era liderada por Amílcar Lopes Cabral, o então secretário geral da mesma organização vai promover negociações com o governo colonial, sem sucesso. Em consequência desta situação o PAIGC vai optar na luta armada como alternativa para caminho da independência. A luta armada foi desencadeada no interior de território com participação direta dos nacionais e de exterior com ajuda dos pan-africanistas que abraçavam a causa do continente africano por via diplomática. Os primeiros contatos estabelecidos entre o PAIGC e

² António Oliveira Salazar foi um estadista, nacionalista português (27 de Abril de 1889-Lisboa, 27 de julho de 1970). Formou-se em economia e mais tarde professor da economia política na Universidade de Coimbra, em 1921, elegeu deputado pelo partido Centro Católico, foi Ministro das Finanças na ditadura militar que derrubou o governo republicano. Em 1932, foi confiado o cargo de primeiro ministro que permaneceu até 1968. (<http://www.infoescola.com/biografias/antonio-salazar/>> 18.11.2016).

as autoridades da República da Guiné-Conacri foi um ponto de partida das relações internacionais do partido, iniciado em 1960.

Segundo Gomes (2010) os primeiros momentos das relações do PAIGC com governo de Conacri, certamente, não foram fáceis tendo em conta a existência de dois movimentos que antecederam o PAIGC na fundação. Movimento da Libertação da Guiné (MLG) e Frente da Luta para Libertação da Guiné (FLING)³, que haviam sido apoiados pelo então Presidente de Guiné-Conacri, Ahmed Sékou Toure⁴, e os países de bloco socialista. A partir de Conacri o PAIGC irá lançar as suas bases de contatos a nível internacional principalmente com os países africanos que já haviam sido independentes nos finais da década de 1950 e principio da década de 1960. A ação diplomática não se limitava apenas nos governos, mas vai por além “de 1960 e 1962, o partido, embora se preparando para o pior momento, apostava e intensificava a ação diplomática junto da ONU e na cessão pacífica do domínio colonial” (Gomes, 2010, p. 138). Intensificava contatos inclusive os manifestos, cartas abertas para o governo colonial. O PAIGC fazia parte e participava no Movimento Anticolonial (MAC). Ainda vai tomar parte na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesa (CONCP). A organização era composta por partidos que lideravam as independências nas colônias portuguesas. O PAIGC na Guiné-Bissau e Cabo verde; Frente da Libertação de Moçambique-FRELIMO em Moçambique; Movimento Para Libertação de Angola-MPLA em Angola e Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe-CLSTP em São Tome e Príncipe. Cabral apresentara os fundamentos jurídicos da luta armada na ONU em sinal de legitimidade da luta armada que iniciara em 1963.

Em 1962, Cabral tomou parte na segunda conferência dos juristas Afro-asiáticos, reafirmando os fundamentos jurídicos da luta armada da libertação nacional. Nesta conferência considerou-se todas as lutas travadas pelos povos no sentido de reaver a sua independência nacional completa ou pela restituição dos seus territórios parcialmente ocupados incluindo a luta armada, eram inteiramente legítimas (GOMES, 2010, p. 142).

Deste modo, a independência por via da luta armada não era intensão do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Talvez a luta armada pudesse ser evitada se o governo colonial tivesse de modo pragmático respondido as exigências

³ Frente da Libertação da Guiné foi movimento político que surgiu nos finais do século XIX, para opor o colonialismo português na Guiné Portuguesa.

⁴Ahmed Sékou Turé foi o então e o primeiro presidente da república da Guiné Conacri (1958-1984) depois da independência de França. Foi um dos nacionalistas e pan-africano envolvido na luta contra o colonialismo europeu na África.

apresentadas pelo PAIGC. Reiteradamente em protesto dos direitos da soberania dos povos da Guiné e Cabo-Verde, solicitava as conversações com colonizador. O recurso da guerra para PAIGC fora a segunda fase no processo da independência, tendo em vista o insucesso em negociações política levada acabo na primeira fase.

Em Janeiro de 1963, em escassos meses a luta armada na então Guiné Portuguesa dará o seu início com ataque de quartel de Tite, no Sul onde o inimigo do PAIGC tinha a sua base administrativa. Os guerrilheiros intensificavam ações contra o colonialista e a mobilização dos povos. Em 1964, ano considerado pouco tenso havia separação de famílias, amigos e outros parentes. A divisão das famílias era de dois lados. Por um lado os que apoiavam os portugueses residam nas cidades e por outro os que apoiavam guerrilheiros fugiam frequentemente para mata. Os guerrilheiros de PAIGC sem meios materiais modernos para enfrentar o inimigo português como assinala os autores.

[...] nesta primeira fase, os quadros do PAIGC, de um modo geral eram jovens, despunham de pouco armamento e nada moderno. O PAIGC estabeleceu-se uma rede de apoio a partir de Guiné-Conacri, em Booké⁵, muito perto da fronteira, e Kandiafara⁶, a entrada do Corredor de Guileje (SILVA ; SANTOS, 2014, p. 115).

De Guiné-Conacri a Sul da então Guiné Portuguesa os guerrilheiros ocupavam a ilha de Como. No largo de Oceano o que lhe facilitava a comunicação com a sua sede em Conacri e retaguarda quando for o caso. A partir de Ilha de Como, Kandiafara o apreendiam no alto mar as embarcações português que saia de Europa para Bissau com munições, armamentos e homens de guerra. Nesta primeira fase de guerra, isto é, em 1963, o PAIGC consolidava uma parte do território como constata o então Ministro da Defesa, Gomes de Araújo num périplo realizado a sul onde teria afirmado que 15% do território nacional haviam sido controlados pelos guerrilheiros.

O PAIGC via-se, nesta fase, a sua primazia colocando a força Português uma estaca na garganta. Até porque o brigadeiro Louro de Souza chegava afirmar numa reunião de defesa nacional que a batalha contra os guerrilheiros estava perdida. A reação passara necessariamente de aumentar reforços, batalhões materiais de guerra. Em 1964 as tropas portuguesas reorganizarão a sua estrutura de forças armadas. Em resposta desencadeava operação da Ilha de Como denominado de “Tridente” que durara 70 dias. Depois deste

⁵ Pequena cidade vizinha que fica nas fronteiras entre a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri. Durante a luta da independência com a autorização de presidente Sékou turé, o PAIGC estabeleceu a sua base.

⁶ Pequeno povoado da Guiné-Bissau, pertence à região administrativa de Tombali, nas fronteiras com Guiné Conacri.

período tenso, estrategicamente, os guerrilheiros do PAIGC vão se retirar da zona de batalha. O tenente-coronel Fernando Cavaleiro após efetuar a visita ao redor da ilha dava-lhe a impressão de que a ilha estava liberta. Por esta razão, e por questão de segurança iniciara de aquartelamento em Cachil⁷. Não demorara os guerrilheiros do PAIGC vão reocupar novamente a sua posição na ilha com uma derrota retumbante a contingente português (SILVA ; SANTOS, 2014).

No mesmo ano segundo Silva e Santos (2014) o governador Vasco Rodrigues e Louro Sousa comandante militar desaviam num acirrado conflito político cujo seu reflexo se fazia sentir nas forças armadas portuguesas. O líder de PAIGC sem sombra de dúvida soubera aproveitar desse desentendimento. O governo de Lisboa perante essa situação optara na substituição de Louro de Sousa para Arnaldo Schulz. A quem caberia de montar a nova estratégia baseada no aumento de contingentes para ocupar o território no seu todo e colocar as suas tropas frente em frente com guerrilheiros de PAIGC. Teria afirmado de estar cansado de guerrilheiros (SILVA ; SANTOS, 2014).

⁷ Setor de ilhas de Como, pertence a administração da região de Tomboli. Era o ponto estratégico dos guerrilheiros de PAIGC.

3 GÊNERO E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE GUINEENSE.

A elaboração das políticas é um caminho para redução das desigualdades sociais. A desigualdade social é um nicho de conflito por assim dizer, na sociedade contemporânea. E, é de fato, o motor impulsionador de surgimentos de movimentos sociais e consequentemente as mudanças de currículos no ensino e aprendizagem. A desigualdade nos leva a entender a diferença entre duas ou mais coisas. Da mesma forma que o gênero é percebido de dois elementos diferentes. E gênero nas relações humanas e não na literatura é o que diferencia o homem e a mulher.

Os estudos sobre gênero provavelmente teriam começado nos meados dos anos de 1970, pelas organizações feministas que focalizaram e problematizam a ideologia hegemônica que hierarquizam as relações sociais entre homens e mulheres. Sendo as mulheres colocadas no lugar subalterno na sociedade (RAMOS, 2011).

De acordo com Ramos (2011) a categoria sexo foi mecanismo utilizado para dominação da mulher pelo homem. Em consequência disso hierarquizaram o trabalho. As teorias feministas vêm desconstruindo essa ideologia e encorajando a participação da mulher na esfera social e consequente afirmar a sua autonomia social.

A autora privilegia as relações de gênero e as relações de poder que são derivadas das relações sociais, na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos (RAMOS, 2011).

A diferença de gênero entre os homens e as mulheres reproduz o distanciamento de convivências sociais introduzidas nas instituições, principalmente no mercado de trabalho, e mantido na mesma concepção na organização e distribuição das tarefas. Entretanto, a categoria gênero é referencial na designação das funções fundamentada no sexo, por outras palavras a responsabilidade era muito mais irrelevante para as mulheres em relação a dos homens.

Antes da independência da Guiné-Bissau já tinha sido criada a primeira organização das mulheres União Democrática das Mulheres (UDEMU) no seio do PAIGC cujos objetivos visava promover a integração, igualdade e participação ativa das mulheres na tomada de decisões. Segundo Candé Monteiro (2013) a participação da mulher na luta armada foi um fator dinamizador no processo de mobilização e conscientização da população no cenário político. Elas eram, entretanto, distribuídas:

Na produção de alimentos para os combatentes; no carregamento de materiais de guerra, na distribuição dos materiais de propaganda, como informantes, disponibilizando as suas casas para esconderijo dos combatentes; e como enfermeiras, costureiras, esposas, professoras, cumprindo o papel estratégico no desenvolvimento da luta de libertação (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 203).

Historicamente a mulher guineense participou notavelmente no processo de luta armada pela independência ao lado dos homens “a participação das mulheres no combate libertador e nas tarefas de gestão das zonas libertadas foi completada com um amplo movimento educativo que visava dar às mulheres iguais oportunidades que os homens” na construção política, na democrática e na gestão administrativa (HANDEM, 2014, p.24).

A figura em baixo ilustra as milícias jovens que estão na preparação para entrarem na fileira de combate da luta da libertação, no centro de foto aparece Amílcar Lopes Cabral, antigo líder da luta para independência da Guiné e Cabo-Verde.

Figura 2-As milícias populares na participação na luta armada de libertação.



Fonte: Artemisa Odila Candé Monteiro: Tese de doutorada UFBA/2013. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf> Acesso em: 22 Out. 2016.

Esta ilustração demonstra claramente a participação da mulher na luta armada para libertação total da Guiné-Bissau. A mulher sempre esteve ao lado do homem.

Handem (2014) afirma que a luta da libertação da Guiné-Bissau contribuiu bastante para o crescimento social da mulher guineense. Durante aquele período havia mulheres de certos grupos étnicos que fugiam para ingressar na fileira de luta armada para se livrarem de certas práticas de usos e costumes por medidas de coação, por exemplo, casamento forçado e torturas por maridos. Uma mulher combatente entrevistada de Candé Monteiro afirma que

“valia lembrar que muitas meninas que aderiram as bases da luta fugiam de casamento forçado, e são imediatamente inseridas na formação escolar (...) onde estudavam até quarta classe (quarta série) e são enviadas para Rússia para reciclagem na área de saúde” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 203).

Ao lado dos homens as mulheres cresciam socialmente e ganharam autoconfiança. Mais tarde após a independência as trouxeram da luta a experiência que tiveram para posterior a formação dos movimentos sociais e políticos nos centros urbanos. Para Handem “a participação das mulheres no combate libertador e nas tarefas de gestão das zonas libertadas foi completada com um amplo movimento educativo que visava dar às mulheres iguais oportunidades que os homens” (HANDEM, 2014, p. 24). Infelizmente, por assim dizer, não resistiram à reputação apreendida ao longo da luta armada, quanto mais se aproximavam as comunidades de origens e voltaram ao antigo modo de vida.

É importante salientar que, a mulher tem participado e participa no processo da construção do país. Como mostramos atrás sobre a participação direta e indireta na luta da libertação nacional. Vale ressaltar também a sua contribuição na dinamização do crescimento econômico antes e depois da independência. Este período de construção da nação enfrentava grandes problemas de ordem econômico e financeiro.

A crise econômica que se deu na África nos anos de 1980, as agencias financeiras Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) para fazer face à crise, propuseram Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Tendo como principal objetivo, a liberalização econômica, isto é, a não participação direta do Estado no mercado. Caberá o papel do Estado, a fiscalizar e mediar os intervenientes econômicos. A partir da década de 1980, a mulher vem adentrar no circuito econômico gradualmente, ao lado dos homens. Tem surgindo um número crescente das mulheres no setor econômico, político entre outros setores.

No que concerne aos órgãos de soberania, por exemplo, o legislativo, a participação das mulheres oscila. Na Assembleia Nacional Popular, por exemplo, entre 1989-1994, representavam apenas 20% das mulheres no parlamento, o autor identifica que:

A nível dos órgãos de soberania e do sector público a participação da mulher tem oscilado, com o valor mais elevado na ANP entre 1989/94 com 20% de mulheres deputadas. Nas legislaturas seguintes baixas para 9% e 7%, em 2004/2008 sobe para 13% (ver quadro histórico a seguir). Nas Eleições Legislativas de 2008 as mulheres nas listas de candidatos a deputados representaram 22% e nas posições elegíveis (1.^a e 2.^a posições) elas representaram apenas 5% (139) em relação ao total de candidatos (2720). Em consequência o n.º de mulheres deputadas não foi para além dos 10% (10/11 Deputadas num horizonte de 100 Deputados) (HANDEM, 2014, p. 25).

Desde o processo da independência o lugar da mulher na tomada de decisão era quase inexistente, o homem era e é centro de atenção na esfera decisória da sociedade guineense. Enquanto as mulheres são colocadas à margem na política e na educação tanto a nível nacional quanto nas comunidades tradicionais elas ficam subalternadas.

Quanto a cargos políticos a ocupação ministerial entre 1980 e 1994, jamais ultrapassam dois, “em 1996, foram registrados na função pública 16.720, funcionários públicos, dos quais apenas 4.129, ou seja, apenas 24,7% são mulheres” proporcionalmente, os homens são maiores quatro vezes que as mulheres, a situação vem sendo alterado paulatinamente, na legislatura de 2008/2012, tomaram parte no governo apenas seis (6) mulheres das 21 pastas ministeriais e 10 secretarias de estado representam 19% das pastas quando são exigidas 40% da plataforma das mulheres.

Em comparação com Países Africanos da Língua oficial Portuguesa (PALOP), São Tomé e Príncipe apresenta um número mais elevado da participação das mulheres na política, apesar de ser um fenómeno muito recente (depois da independência). Em 2010 um estudo publicado pela “união interparlamentar e divisão da promoção da mulher das Nações Unidas, sessão da comissão da condição da mulher da ONU” coloca São Tomé e Príncipe de país com mais participação da mulher no governo no espaço da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa com 38,5% das mulheres (SEQUEIRA, 2010, p. 35).

Nos governos os cargos políticos de alta decisão as mulheres jamais ultrapassam 20%, na tomada de decisões (Ministérios, Secretarias de Estado e Direções Gerais). Geralmente, entre os órgãos de soberania da Guiné-Bissau (Legislativo, Executivo e Judiciário) a representação da mulher é menos de 10%, enquanto a dos homens atinge 90%, Isto demonstra clara e evidente que, os homens é que tomam decisões política, administrativa e judiciária. Entre os três poderes da soberania aqui mencionados o judiciário é o mais masculinizado, cerca 90% dos juizes são homens. Na advocacia, é, sem dúvida, os homens representam maiores número dos advogados (8%), e as mulheres são apenas 20%. Essa desigualdade tem haver com a masculinização do curso de direito como se fosse profissão exclusiva dos homens, não para as mulheres.

[...] De 1974 a 1992, só uma mulher ocupou o cargo de Presidente de Região (Governador) e em 1996 uma mulher ocupou o cargo de Presidente de Região e três ocuparam o posto de Presidente de Sector (Administrador). Este cenário oscilou um pouco, mas não melhorou, portanto, a representação da mulher nos postos de decisão, no âmbito do poder local, é extremamente baixa, o que demonstra que a

mulher continua a estar afastada dos centros de decisão da vida política (HANDEM, 2014, p. 27).

A situação política e económica da Guiné-Bissau viveu período de instabilidade, crise económica, fragilidade do Estado incapaz de controlar, geralmente, a gerência administrativa das instituições. O clima era totalmente de regime militar ausência de observância das leis da constituição. Este que garante e determina o espaço dos cidadãos e de igualdade de género. A constituição da República da Guiné-Bissau nos seus artigos 24º e 25º determina que todos os cidadãos são iguais perante a lei. Da forma que o mesmo direito de pensar, da cultura, da economia sem discriminação de raça sexo e convicção religiosa.

Na década 2000, Ministério da Economia, Plano e de Integração Regional-MEPIR (2011), descreve que o período de recessão e mais tarde em 2007, neste ano o país entraria no novo ciclo de ligeiro crescimento económico assentada em 2008. Não obstante, a instabilidade política, crise mundial, infraestrutura, energia, transporte conseguiu demarcar passo entre 2008 e 2009 (3,1%) em comparação com os anos 2006 e 2007 (1,2% em média) de crescimento. Quando a meta estabelecida no Documento Nacional da Redução de Pobreza (DENARP I) era de 5% de crescimento ao ano. O que tudo indica que resultado era insignificante.

Não se pode falar da economia da Guiné-Bissau colocando de lado o papel da mulher. Quanto a fatores condicionantes podemos supor que, a predominância de setor agrícola na economia detem (60% PIB) do país. É neste setor que as mulheres têm concentradas as suas atividades económicas: cultivo de arroz, feijão, manca (amendoim), castanha de caju, horticultura etc. No geral, as mulheres têm contribuído e contribuem no crescimento económico do país. O documento observa que,

As mulheres deram uma contribuição importante para o crescimento económico, através de: (i) desenvolvimento da produção agrícola (incluindo fileiras do arroz, castanha de caju e horticultura), pecuária e pesca; (ii) desenvolvimento do sector informal (tanto no meio urbano como rural, especialmente no comércio) e, (iii) trabalho doméstico. Segundo o ILAPII/2010, 77,1% das mulheres activas estão ocupadas no sector primário e cerca de 23,0% no sector terciário (serviços), dos quais 12% para o sub-sector comércio. Ainda que as suas atividades contribuam para a melhoria do nível de vida das famílias e para o PIB, o nível da sua produção e produtividade continua fraco por várias razões, em particular, as dificuldades de acesso aos factores de produção (MEPIR, 2011, p. 14).

Mesmo assim a contribuição da mulher na economia da Guiné-Bissau ainda continua oculta, a sua atividade econômica no setor informal não aparece no PIB nacional como elemento integrante “esta contribuição não sendo reconhecida e decorrente deste fato, não é contabilizada no PIB”, isso cria constrangimento em certa medida no planejamento de criação de novas oportunidades que poderia contribuir bastante no crescimento econômico.

Por conseguinte, a Organização Internacional do Trabalho-OIT (2014) destaca que a economia informal terá sido desenvolvida num circuito de acelerado crescimento da taxa de desemprego. Em consequência disso, originou problemas sociais como a pobreza, a desigualdade de oportunidades entre homem e mulher e a precariedade de trabalho. Desenvolveu-se um papel fundamental nesses aspectos em particular na criação de proveitos, motivados pela facilidade de acesso e pela pouca exigência de qualificação profissional no setor. Ao passo que outras na maioria recorrem ao setor informal por uma satisfação das necessidades básicas e não por escolha.

A economia informal pode ser caracterizada por uma vultosa ausência de postos de trabalho digno. O relatório indica que através de uma pesquisa feita pela mesma organização demonstrava que, os trabalhadores da economia informal se deparam com elevados riscos de pobreza em relação a dos de economia formal. Embora em certos casos, admite a pesquisa, a economia informal apresente as mesmas características de vulnerabilidade e pobreza, mas de maneira razoável. Na economia formal oferecem meios de subsistências e apresenta as condições mínimas dos trabalhadores. Na economia informal os trabalhadores estariam expostos a condições de trabalhos precárias, inadequadas e inseguras. Em maioria dos casos os intervenientes apresentam baixos níveis de escolaridade, qualificação profissional e oportunidades de formação esperada. Tem aproveitamentos inferiores mais incertos e baixos do que a da economia formal. A jornada de trabalho muito longa, que não tem coberto pela negociação em conjunto e nem direito de representação de organização de trabalhadores. A economia informal na maioria das vezes apresenta o estatuto de empregabilidade ambíguo. Além do mais ele carece de direitos sociais trabalhistas no âmbito de regimes de segurança social, saúde maternidade e outras legislações de proteção no trabalho.

O termo de economia informal, segundo as conclusões da 90ª Conferência Internacional Trabalho (CIT), Genebra (2002), seriam todas as conjunturas socioeconômicas trabalhistas que não estivessem regulamentadas na lei, ou consiste em atividades extras legais. A economia informal se apresenta as causas diferentes e heterogêneas. Existem varias categorias de trabalho que, geralmente, estão sempre envolvidas no circuito econômico

informal. E que a sua classificação dependera de rendimento, situação na profissão, área de atuação, tipo e dimensão da empresa, localização, formas de proteção social e emprego.

OIT (2014) na sua 17ª Conferencia Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) chegou á conclusão de que adotara as Diretrizes relativas à definição de emprego informal a qual denomina de "Diretrizes CIET" conceitua o emprego informal “os trabalhadores por conta própria e empregadores a trabalharem nas suas próprias empresas informais” (OIT, 2014, p.9).

Por motivos da diversidade de características encontrados em diferentes países a diretrizes CIET admite os critérios da definição de trabalho informal de acordo com a realidade de cada país.

Segundo OIT (2014) sintetiza que, o emprego na economia informal tornara difícil a sua definição exaustiva por falta de estatísticas detalhadas, e que pelo menos 47 países/territórios em via de desenvolvimento e da economia em transformação haviam apresentado dados estimáveis. É de ressaltar que em todos continentes existem práticas de economia informal, embora diferente de nível do desenvolvimento de cada continente.

De acordo com as estimativas mais recentes, o emprego não agrícola na economia informal representa 82% do emprego total no sul da Ásia, 66% na África subsaariana, 65% no leste e sudeste da Ásia, (excluindo a China), 51% na América Latina e 10% na Europa Ocidental e Ásia Central. Estas médias escondem grandes disparidades entre países. De acordo com estatísticas recentes do BIT para 47 países e territórios, a percentagem de pessoas no mercado informal de trabalho (não agrícola) varia na América Latina e Caraíbas a partir de 40% no Uruguai para 75% no Estado Plurinacional da Bolívia; na África subsaariana de 33% na Arica do Sul a 82% no Mali; no Sul e Leste da Ásia (excluindo a China) de 42% na Tailândia a 83,5% na Índia; no Norte de África e médio Oriente, de 30,5% na Turquia para 58,5% na Cisjordânia e em Gaza (OIT, 2014, p. 10).

Os dados apresentados demonstram que, em alguns países da América Latina, da África, da Ásia e no médio oriente se aplicam com percentual bem alto o emprego de economia informal na agricultura.

O relatório ora analisado aponta o baixo nível de escolaridade como fator fundamental na exclusão das pessoas em certos postos de trabalho. Tendo em vista que a sobrevivência de ser humano está atrelada na geração da economia. A educação é à base de desenvolvimento de qualquer sociedade quer informal ou formal. Nesta ótica pode se pensar que a precariedade da educação de certos países de mundo vai coloca-los a margem do almejado desenvolvimento.

A Guiné-Bissau faz parte desta linha de distanciamento do esperado desenvolvimento, a prova evidente é que os destinados ao setor de ensino são insignificantes, por exemplo, em 2006, o orçamento geral de estado (OGE) destinava 4% apenas para setor de educação. Em contraste com os países da sub-região, 6,7% no Senegal, 12,2% no Mali e 10,6%, no Niger. Em 2011, a dotação orçamentaria destinada para Saúde e Educação era de 20,7%, quase a metade do estipulado internacional, 40% (DENARP II, 2011, p. 18).

Segundo Almeida (2014), embora o índice de escolaridade tenha sido acelerado ao ritmo de 7,6% anual nos meados de 1994 e 2000, apenas 43,6% inscritos na escola completarão até 2004 sexta classe⁸. A taxa de abandono escolar feminino era maior que a de masculino foi confirmado em 2003/2004, no primeiro inquérito de saúde reprodutiva. A taxa das crianças com idade escolar de ensino básico atingia 67,4% entre 2009/2010, enquanto para o ensino secundário a taxa líquida de frequência de nível baixo era de 24%. Este era o percentual das crianças que frequentavam o ensino secundário ou médio.

Devido à crise econômica recorrente que o país se encontrava, sobretudo, a de conflito político-militar de 1998, que ceifou a vida das pessoas e deixou outros em estado de deficiência, na maioria das vítimas eram homens provedores das famílias. Adicionando a incapacidade física provocada por doenças paralíticas. Por razões de guerra muitas mulheres ficaram viúvas e tornaram responsáveis das suas casas cuidando dos filhos. As mulheres progressivamente acabam assumindo responsabilidade das famílias sustentada em pequena linha produtividade (MINISTERIO, 2014).

Segundo Instituto Nacional de Estatística e Censo (2001) os domicílios cujas mulheres foram responsáveis o percentual da pobreza era em torno de 23,1% e que a pobreza era mais nos domicílios orientados por homens 66,1%, do que os orientados por mulheres 56,1%.

⁸ Classe é o nível da escolaridade da Guiné-Bissau o que seria no Brasil a série. Os níveis de escolaridade começa de jardim (de três a sete anos de idade), ensino básico unificado que corresponde seis anos de escolaridade; ensino geral com duração três anos e por fim temos ensino complementar também co duração de três anos, este corresponde no Brasil ensino médio.

4 A MULHER NO CONTEXTO SOCIAL GUINEENSE

Quando se fala da situação social da mulher na sociedade guineense, é, sem dúvida, falar dos aspetos de precariedade em todas vertentes de direitos humanos. Elas são vulneráveis, na pobreza, saúde, economia, invisibilidade social, educação, emprego e na participação política (tomada de decisão) que ainda tem pouca representatividade. Apesar de existência de leis nacionais, convenções internacionais assumidos pelos governos, porém falta muito no que se refere ao cumprimento na íntegra.

A vulnerabilidade econômica das mulheres na Guiné-Bissau segundo Balde e Mendes (2014) ao analisarem o nível da pobreza extrema no país constatam que, num total de 100% dos pobres 51,4% eram mulheres, ou seja, as mulheres representam mais da metade da população pobre no país. E que a pobreza profunda se concentra nos agregados familiares chefiados pelas mulheres (AFM), cuja maioria trabalha no setor informal. Os AFM apresentam agregados de maior número das pessoas em relação aos dos homens sendo 18,8 contra os 5,1 pessoas no AFH. Na última década entre 2002 a 2010, foi verificado um aumento em percentual de 9,2% para mulheres e 4,2% para os homens. Constatase ainda que a pobreza por sexo varia, na zona rural os homens eram mais pobres em relação às mulheres e na zona urbana as mulheres eram mais pobres que os homens.

A incidência da pobreza extrema dos Agregados familiares das mulheres (AFM) na zona rural oscila entre 65,3% e 29,8%; o que no AFH a pobreza na zona rural oscila entre 70,3% e 33,8%, respetivamente. Enquanto que na zona urbana a situação é inversa, o percentual na AFM é 56,3% e 15,5% enquanto que no AFH oscila entre 48,0% e 12,2%. Estes indicadores demonstram a falta de oportunidade de emprego acompanhado de baixo nível de instruções académicas para mulheres. Na zona rural as atividades geradoras de renda são manuais e não exige nível de instruções académico como tem sido na zona urbana. As mulheres têm mais facilidades de criar riqueza dobrando mais horas de trabalho (BALDE ; MENDES, 2014). Nos últimos anos o governo com o intuito de diminuir a pobreza adotara o Documento Estratégico Nacional da Redução de Pobreza (DENARP I) com o plano quinquenal. O documento previa os direitos da mulher como prioridade de maneira parcial.

No que tange a saúde da mulher é uma situação preocupante. As mulheres enfrentam graves problemas de várias ordens por um lado, à falta das políticas públicas dos sucessivos governos para o setor da saúde, os postos médicos de atendimentos são escassos. Os serviços de assistência da saúde básica nem consegue fazer face à demanda nacional, por outro lado há ainda no país um número significativo da população com falta de atenção média pré-natal e

pós-natal. Portanto, as recomendações de cuidado de saúde da mulher na Guiné-Bissau é sonho.

Tendo em vista a precariedade de assistência médica, faziam com que as mulheres realizassem partos nos domicílios de assistência tradicional (mulheres especializadas por experiência na vida cotidiana) sem formação acadêmica Profissional. Essa prática tem causado problema de saúde da mulher principalmente a fístula obstétrica⁹ ou até a morte. Estima-se que em cem (100) mil nascidos vivos morrem em média de 800 mulheres. Com esta estimativa o maior problema da mortalidade da mulher reside na maternidade.

Os dados estatísticos acima superam a estimativa do continente africano que prevê a (média de 620), contudo, o nível de avanço de desenvolvimento entre os países no continente é muito grande. O estado da Guiné-Bissau previa o índice de fertilidade da mulher para cinco (5) filhos a nível nacional, mas o mais frequente é de (6, 4 nas zonas rurais e 3,5 no meio urbano), sem descartar hipótese de encontrar uma mulher com ou 8 filhos tanto no meio urbano quanto no rural. O cuidado da saúde da mulher é muito pouco. A falta de precaução pode ser atribuída por um lado escassez de informação e por outro, certas mulheres se acham que o uso de preservativo causa problemas de fertilidade-*Bambaram*¹⁰ como é conhecido naquele país. Por esta razão poucas pessoas tanto homens e mulheres usam-se pouco as medidas preventivas, outro preferem não usar. A amenorreia latência¹¹ é um método mais praticado quer entre os namorados assim como na vida conjugal. No que concerne da prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis as mulheres são vítimas, por exemplo, de VIH-SIDA, a sua maior concentração reside na população feminina "a prevalência hoje é a nível nacional de 3,6% e entre os jovens de 15 a 24 anos, de 3,2%, sendo muito mais elevada entre as mulheres (5%) que entre os homens (1,5%)" entre as mulheres afetadas compõem-se as grávidas, as trabalhadoras e profissionais do sexo (BALDE e MENDES, 2014, p. 17).

O Instituto Nacional de Saúde (INASA) identifica que a prevalência de VIH/SIDA a nível nacional era 3,4 somando os três tipos sendo "VIH-1 aparece como o vírus mais frequente (1.8%), enquanto a do VIH-2, único vírus que circulava na Guiné-Bissau nos finais dos anos oitenta, foi de 0,9% e da dupla infecção de 0,7%" (INASA, 2011).

Além dos fatores de falta de informações e cuidados por parte do governo, é obvio que, o comportamento sociocultural contribuiu também no aceleramento de prevalência das

⁹ Obstétrica é uma doença das mulheres provocada pelo mau parto.

¹⁰ Bambaram é ter filho biológico.

¹¹ Ausência de período de menstruação nas mulheres não grávidas.

doenças transmissíveis: mutilação genital feminina, casamento precoce e forçado que em grosso número das jovens com menor de idade nem sabem como e quanto deve comportar de sua saúde.

Relativamente aos comportamentos de risco, verifica-se que estes continuam elevados, principalmente entre as mulheres jovens de faixa etária entre 15 e 24 anos. Cerca de um terço praticou sexo antes dos 15 anos; 20% têm sexo com homens mais velhos pelo menos 10 anos; apenas 57,5% sabem que a transmissão pode ser evitada com o uso de preservativo; 50% das que tiveram sexo com mais de um parceiro utilizaram preservativo. (BALDE ; MENDES, 2014, p. 26).

No conjunto das mulheres afetadas as da zona rural representavam o número mais elevado. Esse comportamento pode ser explicado por falta de elevado nível de escolaridade, impedimentos socioculturais e econômicos contribuíram também no atraso de desenvolvimento de saúde de procriação da mulher.

O comportamento sociocultural étnico que hegemoniza o homem em toda esfera social legitima a violência baseada no gênero.

A violência baseada no gênero está relacionada intimamente com o modelo da organização social patriarcal, que legitima o homem de detentor de poder diante da mulher. Cabe o papel de a mulher cumprir e executar as tarefas planejadas pelo homem. Segundo Balde e Mendes (2014), a prática de violência baseada no gênero leva a mulher a perda de direito na família conjugal em que ela é submetida a de mutilação genital, casamento forçado e/ou precoce, levirato¹², gerontofilia¹³ poligamia, esse comportamento engendrada nas culturas de alguns grupos étnicos coloca a mulher no ultimo plano. Ainda as mesmas autoras ao analisarem um estudo realizado em 2013, por uma ONG local, nas regiões de Gabu, Bafatá e Bolama-Bijagós constatam que, o comportamento dos homens daquelas regiões era uma violação autentica dos direitos das mulheres. Assim, se por ventura acontecer desavença a razão é dado ao homem. Por conseguinte, uma mulher casada em caso de falecimento do marido, ela para continuar benéfica da fortuna do "marido" teria que aceitar casar de novo com o membro da família do marido. Caso contraria será expulsa para casa dos pais, e acusada de desrespeitar as normas consuetudinárias. Isso leva certas mulheres para não desobedecerem aos pais casam-se de novo. No estudo realizado nas três regiões acima mencionadas demostram que dos agregados entrevistados houve a divergência de ponto de

¹² Lei que o homem o direito de esposar à viúva do irmão em caso da morte.

¹³ O contrario de levirato em a mulher é legitima da para herdar o marido da irmã em da morte.

vistas. Um grupo que defende a continuidade da pratica da excisão feminina e outra descarta a sua continuidade.

Ainda o estudo (...) referido demonstra que, 28,14% dos agregados admite que às pessoas do sexo feminino da comunidade submete-se à pratica de excisão, 22,56% menciona que esta pratica deve-se continuar no futuro nas comunidades, 18,88% dos mesmos destaca não ter ouvido falar dos direitos das mulheres e das crianças, 52,73% indica que homem é o principal decisor sobre o casamento das filhas contra 4,51% que mencionam ser a mulher; 49,4% destaca não ser permitida a escolaridade da menina pelo marido, 21% indica que a justiça é feita na comunidade contra 9% que menciona ser na policia e 5% no tribunal (BALDE ; MENDES, 2014, p. 21).

É recorrente na Guiné-Bissau a divergência de opiniões quando se trata da questão da mutilação genital. Não obstante as inúmeras campanhas promovidas pelas organizações nacionais e internacionais parceiros do desenvolvimento da Guiné-Bissau, ainda persistem opiniões opostas sobre a sua eliminação ou não. Por um lado aqueles que defendem a sua continuidade debruçam que excisão é uma parte de praticas cultural, e que o seu abandono seria desrespeitar os usos e costumes daqueles povos que pratica. Este posição ignora, por assim dizer, as consequências da saúde da mulher e por outro lado aqueles que apoiam o extermínio da excisão debruçam na consequência imediata da saúde da mulher: hemorragia que elas sofrem no ato da excisão e nas doenças infetuosas que lhes podem causar.

Segundo Roque et al (2011), a mutilação genital feminina afetou entre 45% a 50% das mulheres guineenses. Numa pesquisa divulgado no mesmo ano por estes autores demonstra que no universo das mulheres que a equipe tiveram contato 80% delas foram obrigadas submeter a excisão, 12% delas fizeram por sua livre e espontânea liberdade, enquanto 8% submeteram por influencia da sociedade: amigas vizinhos, familiares e parentes.

A submissão da própria vontade é uma questão de analisar e mesmo que existisse pode ser um número insignificante uma vez que a prática de excisão feminina, geralmente, é majoritariamente as crianças que nem se quer tivessem mínima ideia das consequências futuras para sua saúde reprodutiva enquanto mulher. Ainda excisão feminina como já foi referido, é visto como uma prática normal e cultural.

Por esta razão a nível nacional não se registrava até então, a queixa oficialmente formalizada que poderia ser registrado como dados de violência. Portanto, tudo indica que tanto os pais quanto outros familiares congratulam com a manutenção de excisão feminina. Outro indicio de prova de os vitimas querem manter com a pratica é que as lutas

desencadeadas até aqui pelas ONGs nacionais e internacionais não tiveram apoios das vítimas.

Segundo a Liga Guineense dos Direitos Humanos (2007), a excisão feminina, *fanado di mindjer* (excisão feminina que se pratica em certos grupos étnicos de religião muçulmanos), para as comunidades que a praticam era forma de educar/preparar, dignificar a mulher daquelas comunidades para que ela possa inserir na sociedade sem preconceito. Ainda indica que, a excisão feminina por um lado, promove a beleza da mulher e por outro lado, uma mulher excisada terá o estatuto social de mulher descente e tem mais a probabilidade de se casar em relação a quem não a fez. Por este motivo os pais apoiam a sua continuidade, embora fosse rejeitado a nível nacional e internacional. Na Guiné-Bissau, geralmente, para que uma mulher seja respeitada socialmente, precisa se casar sob pena de ter julgamento social de irresponsável (ROQUE et al, 2011).

Para que uma mulher esteja bem inserida dentro da sociedade teria que obedecer a educação dos pais. Este é ponto dominante da reputação de uma mulher decente. O status de casamente preocupa os pais e encarregados de educação, em cada responsável tenta no máximo oferecer a educação para as filhas para que um dia que consigam casar, e recebera honra como retorno de bons pais educadores, ou seja, a excisão dará um “estatuto social e castidade e inserção sociocultural” (LIGA, 2007, p. 8).

Se os pais preocupassem de receber honra depois de a filha casar, da mesma forma que na sociedade capitalista os operadores econômicos preocupam com os lucros. Posto isso, pressupõem a passividade, submissão e bom comportamento para seu público alvo, consumidor.

No que desrespeita a economia, as mulheres deram as suas contribuições desde comércio, agricultura, cultivo de arroz, castanhas de caju o maior setor agrícola do país. De acordo com ILAPII (2010), constata que 77,1% das mulheres ativas estão ocupadas no setor primário e cerca de 23,0% no setor terciário (serviço), dos quais 12% para o subsetor comércio. Tudo indica que as atividades econômicas das mulheres contribuem para o crescimento do produto interno bruto (PIB) do país. Mas dado as a invisibilidade que lhes foram colocadas, de fato, não aparece no PIB.

Contudo nos últimos anos os governos têm vindo redobrar os esforços no sentido de melhorar as condições de trabalho, em alocação dos meios financeiro para aquisição de bens e materiais necessários para exercícios das suas atividades econômicas, como salientam (BALDE ; MENDES 2014, p .24), que:

Existe no país varias instituições (ONGs) que se consagram ao credito e à poupança. Em nível do Ministério das Finanças existe igualmente um departamento, o PARMEC, cujo papel fundamental é de coordenar e apoiar as estruturas descentralizadas. Foram feitos vários estudos no domínio da economia nomeadamente, diagnostico para a Integração do Comercio (EDIC); estudo sobre as fontes de crescimento realizado em 2010 e Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNA).

O desenvolvimento de atividade econômica das mulheres ainda se encontra numa situação de precariedade. No geral a atividade do campo agrícola é prática manualmente e sem apoio suficiente do governo

4.1 A MULHER NA TOMADA DE DECISÃO NOS ÓRGÃOS DA SOBERANIA E EDUCAÇÃO.

A democracia na Guiné-Bissau não tem favorecido as mulheres guineenses. O multipartidarismo instituído em 1991 era esperado o aumento da participação da mulher nos órgãos da soberania. Pelo contrário retrocedeu em relação à monopartidaríssimo, veja o cenário político atual onde coloca a mulher, depois da independência até a realização das primeiras eleições (1973-1994), o número das deputadas crescia de 10-30. A Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau depois da independência a inicio da democracia (1973-1994) elegia 150 deputados de (1994-1999) foi reduzida para 100, e de 1999 até presente momento tem 102 deputados incluindo diáspora guineense. Nas primeiras eleições democráticas as mulheres se posicionam de seguinte maneira: 9 Deputadas (1994-1999), 7 (1999-2004), 13 (2004-2008), 10 (2008-2012) e as eleições registraram pequeno aumento em relação aos anos anteriores com 14 deputadas para legislatura (2014-2018). No primeiro governo eleito em 2014, num total de 31 membros de governo apenas 6 mulheres enquanto homens 25 o que corresponde a 19,3%. (BALDE ; MENDES, 2014).

Quadro 1- Os deputados no parlamento Guineense (1973-2014).

Legislaturas	Mulheres	Homens	Nº dos deputados em Cada Legislatura	(%) Mulheres
1973-1976	10	110	120	8,33
1976-1984	19	131	150	12,67
1984-1989	22	128	150	14,67
1989-1994	30	120	150	20,00
1994-1999	9	91	100	9,00
1999-2004	7	95	102	6,86
2004-2008	13	87	100	13,00
2008-2012	10	92	102	9,80
2014-2018	14	88	102	13,73
Total	134	942		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Patrícia Godinho Gomes.

Historicamente a posição social das mulheres guineense não era homogênea dentro de território nacional. Entre elas havia as que eram consideradas mais modernas e não modernas. Estas mulheres por terem poucas experiências em lidarem com os assuntos que dizem respeito à política da luta e as outras com os estatutos de modernas por terem experiências na participação direta nos assuntos políticos. Mesmo assim, não constituía grandes problemas de desigualdade no seio delas. Pelo contrário, fortalecia a aproximação na medida em que aquelas com o estatuto de modernidade criavam mecanismos de aproximação e da unidade. O passo muito importante desta aproximação foi à capacidade de organizar na década 80, o congresso da mulher guineense, em Novembro de 1982, em Bissau. Durante cinco dias 3 a 7 saíram com resolução da criação da organização das mulheres da Guiné-Bissau, a União Democrática das Mulheres (UDEMU). No mesmo congresso as mulheres debatiam as questões relacionadas às vidas das mulheres nos seus cotidianos como assinala a autora:

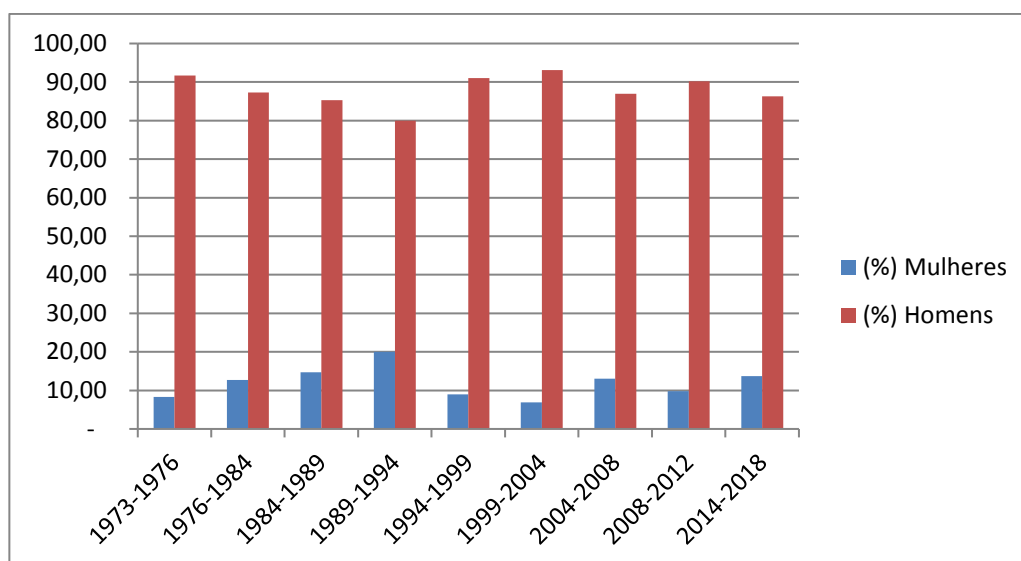
Entre os aspetos que mereceram maior atenção por parte das delegadas podem-se referir o combate aos preconceitos tradicionais dos usos e costumes contrários ao progresso e modernização da mulher, a promoção da alfabetização e da formação das mulheres e crianças, o combate e a determinadas práticas nocivas à saúde da mulher (aborto clandestino, a procriação na adolescência, o casamento forçado, a excisão) e a regulamentação do casamento não formalizado (GOMES, p. 69-71).

As mulheres guineenses têm assumido os seus papéis da cidadania antes e depois da luta da independência do país. Sabiamente se posicionavam ao lado dos homens em busca da solução viável para o desenvolvimento. As mulheres ocupavam lugares de decisão depois da independência. Este processo mobilizava em grande massa das mulheres a combaterem ao

lado dos homens, e que lhes davam oportunidades de assimilarem ao contexto social na época de modernismo contribuiu bastante na sua participação política pós-independência. Pode notar que teriam oportunidades quem fosse "antigo" combatente era mais fácil, sem dúvida de participar no governo. Pelo contrário, na década de 90, isto é, no regime de multipartidarismo o contexto político exigia outra dinâmica do modernismo mais avançado. No antigo regime de monopartidaríssimo as eleições dos deputados a Assembleia Nacional Popular (ANP) eram feitas de forma indireto, por meio da lista dos conselheiros regionais. Como a maioria dos conselheiros eram antigos combatentes da luta da libertação, portanto, beneficiavam as suas companheiras de luta na escolha para Assembleia Nacional Popular (ANP). Isso, no entanto, contribuía no aumento de número das mulheres na ANP no período pós-independência, ao contrario de no regime multipartidarismo em que a eleição é o sufrágio direto e universal.

A década de noventa (90) foi o marco de inicio de multipartidarismo na Guiné-Bissau, contudo muito recente, abriu uma nova caminhada política às mulheres guineenses. Sem exceção elas tiveram acesso ao poder político, como integrante ou muitas das vezes assumem os cargos de liderança (GOMES, p. 71).

O gráfico 1 detalha a participação das políticas das mulheres guineenses em porcentagem indicando em cada legislatura quanto deputados eleitos e quantos homens e mulheres que foram eleitos na legislatura.

Gráfico1- Porcentagem dos deputados entre Homens e Mulheres entre 1973-2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do quadro acima.

Em 1990, antes da promulgação da nova constituição, em 1991, havia sido criado o Ministério dos Assuntos Sociais e da Promoção Feminina. O Ministério tinha como o propósito a valorização do papel da mulher no desenvolvimento do país e inseri-la no processo de tomada de decisão. Os objetivos foram alcançados em parte quer nas zonas rurais quer nas urbanas, possibilitou as mulheres na criação de organizações dirigidas por elas. Devido à crise econômica dos anos 90, Infelizmente, este Ministério vai fracassar. Apesar de o projeto de inserção da mulher na tomada de decisão ter sido fracassado, mas deu empurrão as mulheres, pois, se emanciparam politicamente.

Em 1992, pela iniciativa das mulheres criou-se Associação de Mulheres de Atividade Econômica (AMAE), em Bissau, que congrega mais vinte associações das mulheres. Esta iniciativa constituía, portanto, um salto muito importante na capacidade organizativa e liderança das mulheres.

Segundo Gomes (2010) a elegibilidade das mulheres nos cargos nos partidos políticos era fraco e apenas o PAIGC apresenta com um numero um pouco razoável sendo 12.3% das mulheres.

Para efeito de detalhamento das informações o quadro 2, mostra a ramificação de poder judiciário na Guiné-Bissau e a posição das mulheres em cargos de responsabilidade.

Quadro 2– A mulher no poder judiciário

Categorias	Homem		Mulher		Total
	Vagas Ocupadas	(%)	Vagas ocupadas	(%)	
Juiz conselheiro	8	88,89	1	11,11	9
Juiz Desembargador	8	100	0	0	8
Juiz de direito	23	69,71	10	30,3	33
Juiz de Setor	27	93,,1	2	6,9	29
Totais	66	83,54	13	16,46	79
Mulher na Procuradoria Geral da Republica					
Categorias	Hmens		Mulheres		Total
	Vagas Ocupadas	(%)	Vagas Ocupadas	(%)	
Procurador Geral	10	90,91	1	9,09	11
Adjunto Procurador geral	5	71,43	2	28,57	7
Delegado da Procuradoria	53	85,48	9	14,52	62
Totais	68	85	12	15	80

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Patrícia Godinho Gomes.

As informações colocadas neste quadro demonstram clara e evidente a discriminação das mulheres no poder judiciário. Em todas as categorias apresentadas no quadro com exceção à categoria de juiz de direito, elas aparecem representadas por um numero insignificativo, por exemplo, na de juiz conselheiro só tem apenas uma mulher num total de 8 juizes o que corresponde a 11,11% contra 88,89% dos homens e na categoria de juiz desembargador nenhuma mulher fazia parte deste categoria. Na Procuradoria Geral só tinha uma mulher num total de 11 procuradores, o que corresponde a 9,09% das mulheres contra 90,91% dos homens desigualdade exacerbada se tomemos em consideração ao século em que estamos.

O desenvolvimento de qualquer país depende muito da educação do seu povo. O que se torna o estado, entretanto, o dever de assumir a responsabilidade na criação de condições que permita o seu funcionamento.

Todavia, a emancipação se começa antes de tudo com educação como alicerce de desenvolvimento. Desta forma os governos da Guiné-Bissau, portanto poderia ter pensado neste horizonte em adiantar na execução dos projetos destinados as mulheres no âmbito da sua emancipação. Segundo Balde & Mendes (2014) os estudo realizados sobre igualdade do acesso a educação, indica que a taxa de evasão escolar das mulheres era de 63,1% contra 34,8% para os homens, de 15 anos de idade.

Um estudo de Fundo das Nações Unidas por Infância (UNICEF) realizado em 2013 demonstra que a taxa de analfabetismo em algumas regiões, sobretudo aqueles mais populosos (Gabú, Oio) chegavam atingir 90%. Com o intuito de reduzir a evasão escolar precoce, o governo assinou acordos de parceria com Programa Alimentar Mundial (PAM) e UNICEF para o fornecimento de merenda escolar nos estabelecimentos públicos e particulares de até sexta (6ª) seria. A iniciativa tem dado os resultados encorajadores, pois, aumentava o numero das meninas nas escolas até 50% dos inscritos.

Figura 3-Escola na região de Cacheu setor de São Domingos construída por uma ONG.



Fonte: Secretaria de Ambiente e Turismo-Guiné-Bissau.

Também existem parceiros do governo que atuam diretamente no ensino e educação através das escolas comunitárias, cooperativas escolares que oferecem ensino e formação técnicos profissionais. Apesar dos esforços que eram empreendidos pelos governos e os seus parceiros, a permanência das raparigas era 19,9% enquanto que dos homens 27,3%. (BALDE ; MENDES, 2014, p. 26).

Apesar de esforços empreendidos pelo governo e algumas ONGs, a taxa líquida de frequência no ES é respetivamente para a rapariga de 19,9% e para os rapazes de 27,3%. Esta disponibilidade aumenta com a idade dos alunos, devido ao maior abandono por parte das raparigas à medida que crescem, sendo de 16,8% para as que têm 17 anos. As causas de abandono escolar da rapariga e do rapaz diferem demonstrando que as disparidades no ensino têm por principal fundamento as desigualdades de gênero: sendo o abandono pelas raparigas devido principalmente à gravidez (17,0%) e ao casamento (17,2%), e o dos rapazes à necessidade de trabalhar (38,6%) e ao desinteresse (19,1%). (BALDE ; MENDES, 2014, p. 26).

A permanência das meninas na escola se verifica mais entre a faixa etária de 7 a 13 anos de idade. Nesta fase as crianças sem contato amoroso com os rapazes, a causa mais frequente no abandono escolar. Também fator da falta de infraestrutura escolar, por exemplo, nas zonas rurais de difícil acesso devido a falta de meios de transportes, estradas, a ação do governo através de ministério da educação não consegue levar o ensino para essas comunidades.

4.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A SUA INSERÇÃO SOCIAL.

A intensidade da violência contra as mulheres na Guiné-Bissau tem sido suscitada grande interesse das organizações tanto nacionais quanto internacionais. Contudo, responsáveis das instituições que apoiavam pessoas vítimas da violência não eram capazes de assegurar os cuidados necessários ou trabalham de forma superficial sem levar em conta a violência baseada no gênero (ROQUE et al, 2011, p. 9).

Do mesmo modo, numa sociedade em que a onda de violência contra as mulheres era de extrema preocupação, onde a estrutura social, econômica, política, governativa, coloca grandes transtornos no cotidiano dos cidadãos. Posto isto, falar da situação de igualdade de gênero para outras parecia um assunto menos importante. Combater a violência contra as mulheres significa combater os males que afetam a sociedade no seu todo. Uma vez que, inúmeras violências contra a mulher estavam relacionadas com outros. Os modelos de gênero usado nas sociedades eram modelos de poder que sempre o masculino sobrepõe ao feminino, descartando este de capacidades racionais tal e qual a dos homens. Este modelo, de fato, coloca a mulher à margem da sociedade (ROQUE et al, 2011).

Os registros das ocorrências da violência, geralmente, são difíceis de precisar as informações tendo em conta as suas diversas formas de caracterizar. As mais frequentes são aqueles registrados nas delegacias de polícia de ordem pública, hospitais e nos centros de atendimentos das pessoas vítimas de violência. Segundo Roque et al (2011), afirmam que a violência tem crescido nos últimos anos em todo território nacional. Na qual se estima que "entre 2006 e 2010, foram registradas, em todo o país, 23.193 denúncias em que as vítimas teriam sido mulheres" entre as denúncias apresentadas a maioria eram de Bissau-8.670 o que corresponde 37% dos casos. Este resultado era apenas sete quadras de polícia que estão dentro de Capital, Bissau. Duas delas apresentam maiores números de denúncias, segunda esquadra, que era mais movimentada em denúncias com 4.592 casos, o que equivale a 53% do total.

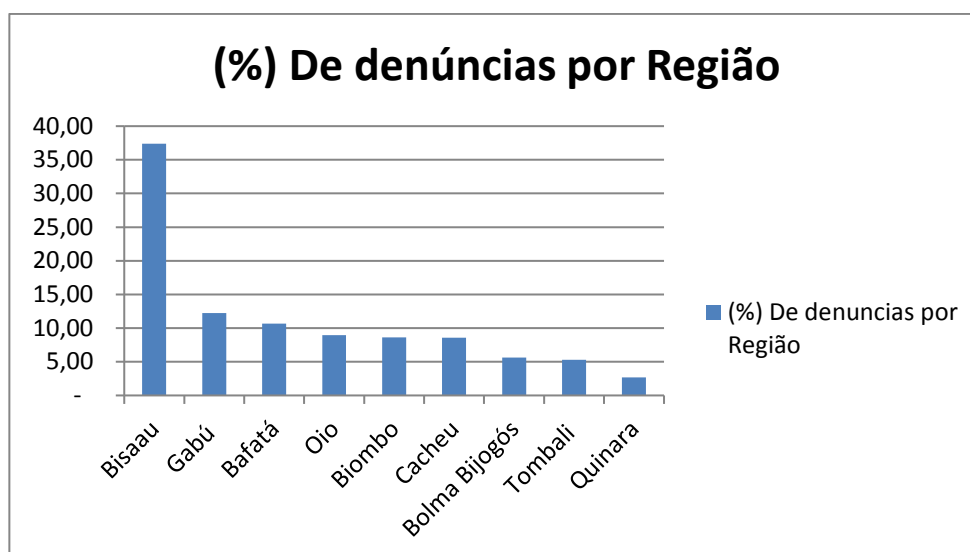
Quadro 3-Denúncias em que as vítimas são de sexo feminino por região entre (2006-2010).

Posição	Regiões	Nº De denúncias	População Residente	População Feminina
1º	Bissau	8.670	383.909	183.889
2º	Gabú	2.842	215.530	106.017
3º	Bafatá	2.469	210.007	103.653
4º	Oio	2.077	224.644	112.065
5º	Biombo	1.997	97.120	49.292
6º	Cacheu	1.988	192.508	96.921
7º	Bolama Bijogós	1.306	34.563	16.654
8º	Tombali	1.225	94.939	46.990
9º	Quinara	619	63.610	30.930
TOTAL		23.193	1.516.830	746.411

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Roque et al.

Com base nos dados acima ilustrados estima-se que em média diária 15 denúncias de violência contra mulher ocorria nas delegacias de autoridades. Essa denúncia não quer dizer que representa o total de ocorrência de violência, mas eram apenas aqueles cujas vítimas têm coragem de denunciar. Lembrando que esse tipo de caso torna-se raro para outras vítimas apresentarem nas delegacias nem para os próximos e muito menos na autoridade de qual for. O sigilo muitas das vezes se relaciona por não divulgar o marido ou familiar e outras como alguns casamentos eram dados na base de acordos familiares sem vontade da mulher. Mesmo que elas venham sofrendo violência ficava sempre com medo quer do próprio marido assim como dos pais. É possível encontrar em vários grupos étnicos que compõem a sociedade guineense que naturalizam a submissão da mulher ao marido em qualquer tipo de violência, por outro lado, a questão de não levar caso para autoridades prende-se com ausência de confiabilidade das vítimas para com autoridades competentes no sigilo ao receber as denúncias.

Gráfico 2-Porcentagem das denúncias em que as mulheres são vítimas.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de quadro 3.

As denúncias repartidos por região não tem nada a ver com proporcionalidade do numero da população das mesmas. A deferência de números de casos por regiões, de certa forma, poderá ser relacionado em ausências das autoridades (delegacia de policia) o depositário das denuncia, nestas regiões tornara difícil de conhecer as vítimas de violência.

Bissau, com apenas cerca de 26% da população da Guiné-Bissau, apresenta 37% das denúncias; Biombo, com uma população menor, apresenta um numero mais elevado de denúncias do que Cacheu; Oio, com mais população do Gabu ou Bafatá, apresenta, no entanto, menor numero de casos; já região de Bolam –Bijagós apresenta um elevado numero de denúncias em relação ao seu efetivo populacional (ROQUE et al, 2011, p. 15)

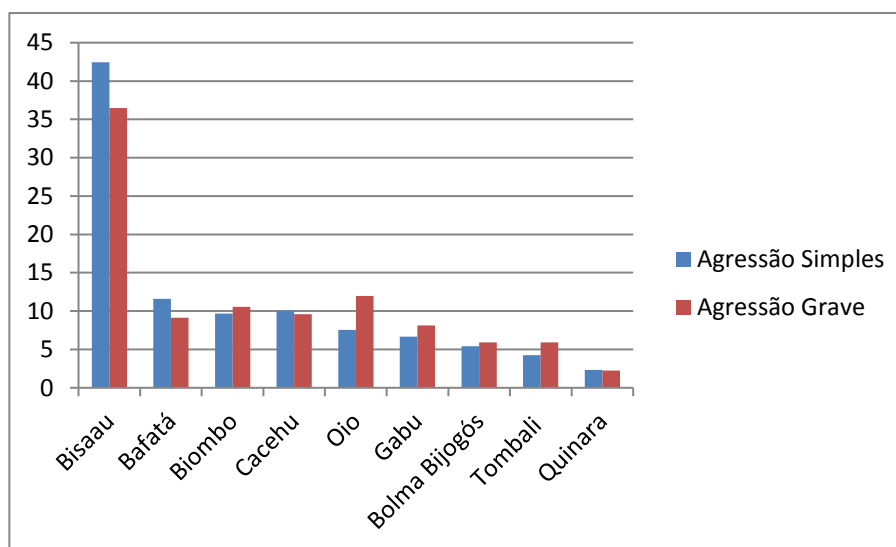
É importante salientar que a violência contra mulher na Guiné-Bissau não resume apenas entre o marido e a esposa, mas também existem varia denuncias relacionadas à agressão por membro da família, tio, irmão, primo ou outros relações familiares. Como pode notar, num inquérito realizado por autores demonstra que “em 67% dos casos relatados o agressor foi o marido ou namorado da vitima e em 33% as inqueridas foram vitimas de outro familiar” (ROQUE et al, 2011, p. 15). Os casos de agressão podem acontecer em diferentes localidades em casa, na escola, no hospital, na rua e diferentes tipos agressão física, moral, sexual.

Quadro 4-Violência Física contra as mulheres (2006-2010).

Posição	Regiões	Agressão Simples	Agressão Grave	Total
1º	Bissau	2.850	1.795	4.645
2º	Bafatá	780	450	1.230
3º	Biombo	651	519	1.170
4º	Cacehu	675	473	1.148
5º	Oio	508	589	1.097
6º	Gabu	447	401	848
7º	Bolma Bijogós	363	292	655
8º	Tombali	284	292	576
9º	Quinara	157	111	268
TOTAL		6.715	4.922	11.637

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Roque et al.

As agressões como podem ver, no entanto, em relação às informações fornecidas no quadro anteriores houve algumas alterações em posicionamento como o caso da região de Gabu, apesar de ser região com segundo maior numero de população despencou-se para 6ª posição. Isso implica que a classificação da violência pode depender de tipo da violência.

Gráfico 3-Denúncias das agressões em as mulheres é vitimas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do quadro a cima.

As agressões sejam quais forem relacionam, geralmente, com homicídios. As agressões físicas, uma vez que transgrede o limite, gera o agravamento do caso que pode levar a vitima a morte. No entanto, na Guiné-Bissau, as agressões extrema sob forma de homicídio era pouco frequente no território nacional com a exceção de Capital, Bissau e Gabu (ROQUE et al, 2011).

O quadro a seguir demonstra o numero de homicídio a nível nacional e por cada região que compõe a organização política da Guiné-Bissau.

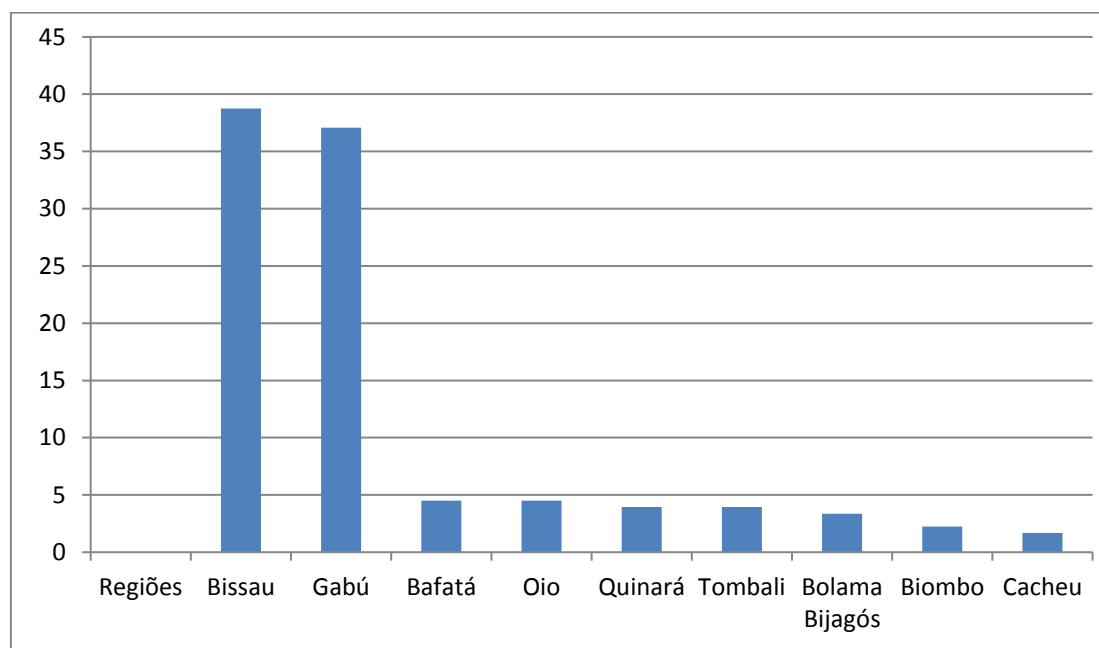
Quadro 5-Homicídios por região em que alvos são mulheres.

Posição	Regiões	Nº de homicídios	Regiões
1º	Bissau	69	Bissau
2º	Gabú	66	Gabú
3º	Bafatá	8	Bafatá
3º	Oio	8	Oio
4º	Quinará	7	Quinará
4º	Tombali	7	Tombali
5º	Bolama Bijagós	6	Bolama Bijagós
6º	Biombo	4	Biombo
7º	Cacheu	3	Cacheu
Total		178	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Roque & Mane et al.

Por questão de espelhar as informações optamos apresentar o gráfico em baixa que contem relações de peso dos casos dos homicídio por região administrativa da Guiné-Bissau.

Gráfico 4 – Percentual de homicídios em mulheres vitimas de violência 2006-2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do quadro a cima.

As informações acima demonstram que as regiões de Bissau, Capital e Gabu, segundo maior região em termos da população são e vice-campeão respectivamente com

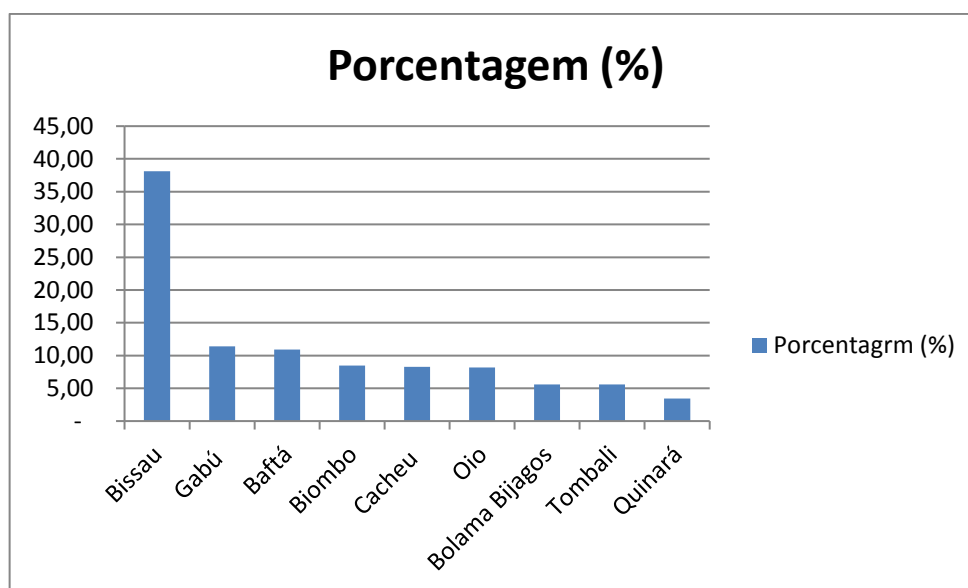
diferença muito alta em relação a 6 regiões restantes essa diferença tem a ver com a proporcionalidade da população e com características diferentes das pessoas por grupo étnico ou por nacionalidade que em certos casos aparece no centro de conflitos.

De acordo com Roque, Mane et al (2011) através dos resultados da pesquisa realizada por mesma equipe, dos totais dos inqueridos havia 80% das mulheres que declaram ter sido violentadas psicologicamente por (insulto e ameaças), outras inqueridas de 11% foram vítimas de ameaças com arma branca e 6% delas dizia ter sido ameaçadas com armas de fogo. Explica ainda que, no trabalho de inquérito encontraram relatos de tipo violência psicológica de interdição de certas liberdades de expressão, de sair no tempo livre, participar nas atividades comunitárias (só participa quando o marido permitir), este tipo de violência aparece em segunda posição em relação às outras, em termos de denúncia nas delegacias da polícia.

Quadro 6- violência psicológica contra mulheres entre (2006-2014).

Posições	Regiões	Numero de Casos
1º	Bissau	3632
2º	Gabú	1087
3º	Baftá	1037
4º	Biombo	807
5º	Cacheu	788
6º	Oio	780
7º	Bolama Bijagos	532
7º	Tombali	532
8º	Quinará	327
Total		9522

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Roque et al.

Gráfico 5 -Percentual de violência psicológica contra mulher.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do quadro acima.

Difícil falar da violência contra a mulher sem que apareça violência sexual, por complexidade da sua abordagem que fosse aparece sutilmente algumas informações (ROQUE et al, 2011). Deste modo, a sua reportagem tornara menos frequente em relação às outras na medida em que as vítimas se julgam de ser assunto íntimo e privado, as vítimas carregam a vergonha de denunciar para não divulgar o segredo. Durante período de intervalo de cinco (5) anos houve apenas 716 casos de denúncia a nível nacional declarada na delegacia da polícia como podem observar no quadro a seguir.

Quadro 7-Casamento forçado em que os sujeitos são mulheres de 2006-2010.

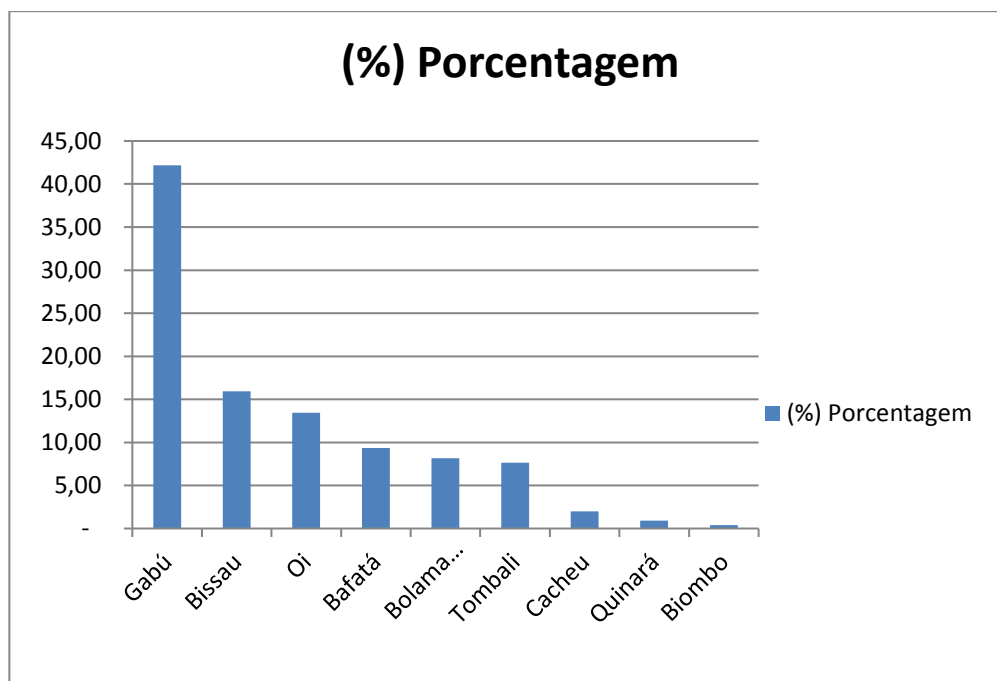
Posição	Regiões	Nº de casos
1º	Gabú	320
2º	Bissau	121
3º	Oio	102
4º	Bafatá	71
5º	Bolama Bijagós	62
6º	Tombali	58
7º	Cacheu	15
8º	Quinará	7
9º	Biombo	3
Total		759

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Roque et al.

Como podem ver no quadro acima, os a região de Gabú aparece na primeira posição e e setor autônomo de Bissau em segunda posição. Este proporcionalidade te a ver com a localização geográfica dos grupos étnicos que ainda conservam os usos e costumes tradicionais. No caso de Gabú a região por ser predominada de etnia fula e uma parte os mandingas ambos de da religião muçulmana, ainda mantem-se o casamento forçado como pratica normal. Por conseguinte, a cidade de Bissau pelo contraria a sua posição deve se a concentração de todos grupos étnicos que compõem a nação guineense, onde pode encontrar todos os grupos étnicos que mantem ainda a pratica de casamento forçado.

A inserção social da mulher se dá a partir do seu comportamento no meio onde esteja habitada. O modelo de viver da mulher passa necessariamente de saber respeitar a partir de determinadas características que agrada o publico "respeitar a família, a família do homem; sair da casa do pai para do homem, terá que lidar com todos: família, vizinhos; fazer tudo o que lhe pedira" (Roque et al, 2011, p. 31). A mulher também precisa assumir papel como a mãe e esposa saber relacionar com amigos do marido, hospede que a eventualmente poderá receber na sua casa.

Gráfico 6 – Denúncia de casamento forçado entre 2006-2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do quadro a cima.

Se para ser aceite e respeitada plenamente depende do seu status de casamento, portanto, o comportamento da mulher vai ser moldado a partir de parâmetros de vontade dos

homens e vice versa. Mas o que tem sido visto a atenção é mais focalizada no comportamento da mulher, alias alguns afirmam que “existe muita dificuldade em ser respeitada se não fosse casada” para os homens o estudo não mostra essa dificuldade.

5 A INSERÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE ECONÔMICO INFORMAL

O PAE foi patenteado como um programa valioso de salvação para os países onde foi implantado na década de 80. Para alguns setores no caso específico da Guiné-Bissau, como contata Achinger (1992) trouxe para as mulheres um enorme sobrecarga no que diz respeito a sustentabilidade da família. Segundo autor o PAE com a liberação de comércio, agricultura, privatização do comércio fez com que a agricultura tradicional que era praticada juntamente a entre homem e mulher passasse a ser de exclusividade para as mulheres. A criação de novos postos de trabalho nos centros urbanos os homens principalmente os mais jovens deslocassem a procura de novos espaços para ganhar a vida. Como os postos de trabalho que eram oferecidos na época se destinavam aos homens, nesta condição, elas eram obrigadas a ficarem nas zonas rurais cuidando de trabalhos agrícolas e das crianças cumulativamente. Portanto, o PAE para as mulheres alterou consideravelmente os membros de agregado familiar que, anteriormente, ocupavam no campo.

Na Guiné-Bissau a organização do agregado familiar é constituída por o chefe responsável máximo quer na tomada da decisão dentro e fora dos assuntos ligado à família assim como no planejamento de atividades a serem realizada pela família. Também as famílias podem ser caracterizadas em dois subgrupos: poligamia e monogamia. Nesta categoria o homem como chefe da família participa diretamente na produção da subsistência familiar. Enquanto que na outra onde a família é subdividida por *fogão*, cada mulher com seus filhos o homem participa irregularmente na produção de consumo da subsistência familiar aqui o papel do homem responsável seria de controlar e de garantir a organização econômica e chefe jurídico da família. Caberá ele representar em parte de encarregado de todos os subgrupos. A autora contata ainda que, o sistema ora acima exposta coloca em causa a invisibilidade da produção das mulheres sendo encoberta em nome dos homens. Estes assumem todas as responsabilidades jurídicas, econômicas ou até representação social. Em algumas etnias da Guiné-Bissau qualquer que seja bem econômico, material, intelectual é controlada pelo homem-chefe da família. Ele é quem de direito de autorizar a uso e a disposição bens seja concebida individualmente por um membro da família ou em grupo.

Na sociedade da etnia *manjaca*¹⁴, por exemplo, todos os bens da família pertencem ao marido ou chefe-família. Na ausência deste quer temporário ou por falecimento, a responsabilidade passa para o irmão ou “filho” mais velho. A mulher poder ter cria dos animais domésticos por própria iniciativa, porém é controlada pelo chefe do agregado. Por esta razão torna muito difícil de reconhecer a contribuição das mulheres como partes constituintes na geração da economia do país. Os resultados das mulheres jamais é “exprimido quer nas estatísticas nacionais, nos programas governamentais ou nos documentos dos projetos” que avaliam a evolução da economia do país e os projetos enquanto parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau (TCHINGER, 1992, p. 68).

O PAE mudou consideravelmente os hábitos de consumo familiares da população guineense. Pois os produtos industrializados que foram introduzidos no mercado desempenhavam um papel de grande relevância, neste processo. Na medida em que quase a metade dos alimentos consumidos eram industrializados/importados de países da sub-região e na Europa, e se encontravam no mercado. As mulheres conheciam um novo sistema de produção de consumo de subsistência familiar-mercado o lugar onde realizam compra de óleo industrializado, cebolas, legumes, as frutas, o peixe as os compravam alimentos de consumo básico da família, e vendiam produtos de origem agrícola mandioca, inhame, malagueta, alface, pimenta, batata doce e outros.

Para Achinger (1992) o sistema da divisão de trabalho produtivo na sociedade guineense que coloca o homem como maior expoente no aprovisionamento dos alimentos já não se verificava. Salientando que, a mudança tem sido gradativamente por grupos étnicos. A mesma autora afirma ainda que, nos anos anteriores havia sido feito os estudos que demonstravam a repartição das tarefas entre os homens e mulheres. O processo de transformação excepcionando etnia *balanta*¹⁵ onde a contribuição dos homens no abastecimento dos alimentos da subsistência era dominada pelos homens, as mulheres têm vindo dominando agricultura gradativamente. Em referência, as etnias *papel*¹⁶, *mancanha*¹⁷ e

¹⁴ *Manjaco*, grupo étnico que fica localizado na zona norte da Guiné-Bissau concretamente na região de Cacheu. Alguns deste povo vivem na zona litoral na costa de Oceano atlântico. A sua base econômica é agricultura tradicional de subsistência.

¹⁵ *Bolanha* local onde se faz lavoura de arroz.

¹⁶ *Papel* grupo étnico povoado na zona norte da Guiné-Bissau, nos arredores de Capital, Bissau. A base econômica é baseada na cultura de lavoura de *bolanha*.

¹⁷ *Mancanha* grupo étnico que fica situado na zona norte da Guiné-Bissau concretamente na região de Cacheu. Este grupo pratica horticultura tradicional.

*fula*¹⁸ os homens se afastam da agricultura em detrimento das mulheres. Como afirma (ACHINGER, 1992, p. 69):

Os antigos modelos de abastecimento com cunho étnico, com base na economia familiar, sob a direção do homem, desagregam-se, embora a uma velocidade diferente consoante as etnias. A responsabilidade e o controle masculino conservaram-se mais fortemente na etnia *balanta*, com base na cultura do arroz nas *bolanhas* (...) a contribuição do marido ou chefe da grande família, é irregular e muitas das vezes insignificante.

É importante lembrar que, as mulheres se ocupam no trabalho durante o ano todo, isto é, as mulheres na época chuvosa se juntam com os maridos no trabalho do campo de produção de arroz nas *bolanhas*, depois da colheita elas continuam praticando trabalho por suas próprias iniciativas. O trabalho ora executada por mulheres na época seca destina-se para compra dos objetos de utensílios, vestuários outras despesas inerentes a mulheres. Em certos casos a produção era destinada para o abastecimento de consumo familiar.

O PAE segundo autora trás consigo a desvalorização de poder compra dos funcionários devido à inflação de *peso* antiga moeda. Era recorrente, na família em que tinha um trabalhador remunerado a sua participação no abastecimento diminuiu devido à perda de valor da moeda. A responsabilidade passou a ser assumida pelas mulheres. Os encargos passaram dos homens para mulheres. Os homens já não se sentiam responsáveis no suprimento dos alimentos, pelo contrario, alguns exigiam das suas esposas o dinheiro das despesas individuais comprar roupas, bebidas frescas, de ir salão de filme, de tabaco para poderem manter pelo menos no básico da vida anterior à inflação. Em certa medida mais responsabilidade para com produção dos alimentos da subsistência, sobretudo com grande fluxo de êxodo dos jovens das zonas rurais para centros urbanas na procura de melhores condições de vida, através de emprego e subemprego, outros que dedicaram dos estudos, estes depois da sua formação mesmo sem emprego não vai querer voltar para trabalhar com os pais na agricultura de subsistência as mães acabam arcando de todos os trabalhos (ACHINGER 1992, p. 70).

¹⁸ *Fula*, grupo étnico que fica situado na zona Leste da Guiné-Bissau a sua base econômica é o comercio e a criação de gado

5.1 A MULHER NO MERCADO INFORMAL E A SUA TRAJETORIA -LUMO.

Atualmente é notável a participação ativa da mulher no desenvolvimento econômico. No mundo empresarial a mulher contribui para impulsionar o setor embora com uma ligeira aceleração. O aceleramento da mulher no setor econômico acentua-se na área de comércio informal. No plano de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, a participação da mulher se verifica com volumosa participação, contudo o seu poder de decisão é ignorada por completo, a concessão de linhas de crédito se destina somente para os homens discriminando neste caso as mulheres. As mulheres representam uma boa parte da população ativa (49%), no meio rural, elas podem ser aproximadamente 55% no setor agrícola (MMFSS, 2014).

Segundo o ILAP II/2010, 77,1% das mulheres ativas estão ocupadas no setor primário é cerca de 23% no setor terciário (serviços), dos quais 12% para o subsector do comércio. Apesar das suas atividades contribuírem para a melhoria do nível de vida das famílias e para o PIB, o nível da sua produção e produtividade mantem-se fraco, por várias razões, em particular, as dificuldades de acesso a terra, aos fatores de produção e ao crédito.

As mulheres passam muitas dificuldades no setor comercial, isto se deve ao fato da falta de meios financeiros, a insuficiência das agências estatais de prestação de serviços e as instituições de créditos, apesar de existir alguns sequer responde com a preocupação das mulheres.

O sistema de microcrédito não é suficiente e/ou ineficaz, por essa razão algumas mulheres asseguram seu negócio por autofinanciamento em pequenos negócios. Contudo existem agências bancárias comerciais, mas não financiam as pequenas iniciativas, talvez por carência de garantias que muitos Bancos as vezes exigem dos devedores para futuras consequências. Outro fator de entrave é a elevadíssima taxa de juros cobrados pelos Bancos, com pouco volume de negócio condiciona-as a não recorrência à concessão de créditos. É comum na Guiné-Bissau de encontrar em outros casos, entre os parceiros (cônjuges) associarem e autofinanciam-se microempresa mesmo com a gerência da esposa. Alguns recorrem empréstimos aos amigos (as), famílias de confiança com o propósito de devolução sem juros. Casos como este quando na demora de devolução (pagamento) gera conflitos, a resolução poder ser por via amigável ou familiar conforme o caso alguns até judicialmente.

Para reduzir a dependência financeira organizam em pequenos grupos “*abota*” (cotização) de 5 a 10 membros em forma de consorcio estipulando um teto de contribuição, em que cada final do mês um recebe o valor total (MINISTERIO, 2014).

Com o advento de implantação de Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) que liberou a economia e a extinção o regime monopólio de estado no comercio. O país é membro fundador da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desde 1975, Tratado de Lagos, Nigéria (ALMEIDA ; CAMARÁ, 2011). Segundo Almeida e Camará (2011), o objetivo da CEDEAO é de integração regional dos estados membros, dinamizar a politica comercial e econômica e na facilitação de livre circulação de pessoas e bens no espaço. Neste âmbito o país subscreveu e ratificou as leis elaboradas pela organização.

Figura 4-Mapa de Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).



Fonte: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=mapa%20dos%20pa%C3%ADses%20membros%20de%20cedeo> Acessado em: 22.10.2016.

De acordo com Wanderley e Mata (2016), a criação de CEDEAO remonta nos anos 60, depois de vários encontros e discussões que culminou com a sua efetivação na primeira década de 70. Ainda estes mesmos autores afirmam que, a organização traça seu rumo principal a “integração econômica, abrangendo diversas áreas de atuação, tal qual viesse envolver os setores das indústrias, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comercio, finanças, além de questões sociais e culturais” o proposito que ainda está à caminha passo lento.

No capitulo de comercio a CEDEAO prevê livre de circulação de bens e de pessoas, não aplicação taxas ilegais dos produtos nos postos de controle como tem sido praticada frequentemente pelos agentes de Estado nas fronteiras (ALMEIDA ; CAMARÁ, 2011). No que diz respeito a comercialização de castanha de caju na Guiné-Bissau, contudo, o governo não despõe de lei aprovado por o legislativo que proíbe a exportação dos produtos agrícola

para países vizinhos, em geral, mas, existe uma lei nacional que proíbe a exportação de castanha de caju por via terrestre. A justificação das autoridades nada mais era dinamizar o controle com mais eficácia de volume de produção a nível nacional também para facilitar apuramento dos dados estatísticos para ministério de comercio e arrecadação das receitas.

A Guiné-Bissau também é membro desde 1997 da União Econômica Monetário da África Ocidental (UEMOA) que tem como objetivo criar a zona de uma moeda única e implementação da união aduaneira, zonas de trocas comerciais dentro de espaço da União. Consta também a livre circulação de pessoas e bens nas fronteiras comuns, diminuir as barreiras que impedem a circulação nas fronteiras por um lado e por outro lado permitir a harmonização de políticas econômicas, instituição de uma tarifa exterior comum (TEC) que servira da exportação para os países não membro da união (ALMEIDA ; CAMARÁ, 2011). O projeto de UEMOA tem sido efetivado alguns dos seus objetivos na Guiné-Bissau, por exemplo, monopolizou mercado comercial e a criação das empresas com capitais estrangeiros dos países membros. Porém, o que se nota é adesão deste país, em 1997 ao bloco monetário franco CFA deixando o peso* que era a moeda nacional cuja circulação limitava apenas dentro do país. Como o país depende importação dos países vizinhos o peso dificultava lhe nas trocas comerciais.

Figura 5-Mapa dos países da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA).



Fonte: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=mapa%20dos%20pa%C3%ADses%20da%20uemoa>. Acessado em: 10.09.2016.

A UEMOA aprova em 1994, no seu artigo 76º que define seus objetivos específicos à “eliminação de barreiras tarifárias e as taxas e medidas de efeito equivalente sobre as trocas entre os países membros às regras de união e a criação da Tarifa Exterior Comum” (CAMARÁ et al, 2013, p.11). Infelizmente a sua politica não teve grande êxito, na medida em que até então era efetuada as cobranças ilícitas de bens e serviços e impedimento de circulação de pessoas nas fronteiras comuns.

A ausência de cumprimentos das normas pré-estabelecidas por parte dos agentes de estado responsáveis nos controles das fronteiras contraria os princípios do artigo acima citado. Esse desleixo, segundo Camará e Almeida (2011) concluíram que muitas das vezes se relaciona de desconhecimento ou falta de capacidade interpretar a própria lei tanto os agentes do Estado assim como os atores econômicos. Quando isso acontece fica na puxa e puxa e pode levar ação judicial contra os agentes de Estado.

O estudo feito por Camará e Almeida (2011), explica que, os produtos agrícolas produzidos nas regiões de Tombali e Quinara respetivamente, por motivos de estado avançado de degradação das infraestruturas rodoviárias fazia com que ficassem isolados. O isolamento acaba prejudicando os agricultores, escassez dos compradores, os produtores sem meios de transportes para escoamento dos produtos para os mercados de consumidores o que pode levar em reína e consequentemente condicionara a colheita do ano seguinte.

Mesmo com aquela situação de degradação das pistas que liga as duas regiões de Sul e Leste era frequentada pelos operadores econômicos na sua maioria esmagadora eram mulheres.

As mulheres como em outros países do mundo, representam mais do que a metade da população total. É obvio que representam a maior participação numérica nas atividades económicas a nível nacional. Se deparam com dificuldades tanto por ordens financeiras a obtenção de créditos de financiamento assim como material, espaço físico para possam exercer seus trabalhos e imaterial facilitar a circulação de pessoas e bens nos postos de transito e nos mercados onde colocam os produtos e troca monetário.

Como foi dito atrás que, o país tem poucas infraestruturas rodoviários fator condicionante a mobilidade humana. É um serviço indispensável à comunicação e transporte, pois estabelece a ligação e aproximação entre as localidades diferentes. A escassez deste serviço dificulta bastante à vida das mulheres operadoras económicas nas suas deslocações.

Para Almeida e Camará (2011) as dificuldades das mulheres ao transportarem as mercadorias produzidas nas regiões de Quinara e Tombali respetivamente, era um dos fatores que contribuiu na redução de contingentes operadoras no setor. Explicam que, devido à má qualidade de estradas valetas de grande largura e profundidades, troncos de arvores que às vezes caíam pelas estradas dificulta a mobilidade dos transportadores de mercadorias. Por esta razão os *locataires*¹⁹ (proprietários de camiões que contratam os motoristas para transportar as mercadorias) raras vezes aceitavam viajar para transportar os produtos comercializados pelas

¹⁹ *Locatários* proprietários de camiões que transportam as mercadorias das *bidéiras* em diferentes zonas do país.

mulheres *bideras* (mulheres vendedoras ambulantes) em diferentes mercados nacionais e nos países vizinho.

Mesmo que os *locataires* aceitassem precisara convencer o motorista, pois ele era a pessoa que terá a responsabilidade de cuidar das mercadorias até o destino final. Uma tarefa muito difícil para os motoristas tendo em conta as barreiras que lhes sempre eram impostos pelos agentes do Estado: serviço das alfândegas, polícia de trânsito, guarda nacional, veterinária, polícia de migração e fronteiras que faziam cobranças abusivas e ilegais. A passagem precisava negociações que pode demora a viagem que poderia ser realizada no um dia, passara para cinco dias. Nesta demora certos produtos às vezes não conseguem resistir pela balança do carro acaba sendo jogados fora e entra no prejuízo (ALMEIDA ; CAMARÁ , 2011).

Os impedimentos segundo Almeida e Camará (2011), não é apenas a questão de rodovias que lhe parecia ser simples em relação aos de postos de controle nas rodovias. Este, portanto, constituía grandes entraves para as mulheres comerciantes. Os comités de *tabanca* por um lado fazem as cobranças das mercadorias quando saiam da localidade onde foi produzida, a cobrança que não estava prevista na lei, justificando a cobrança com forma de assegurar a manutenção dos serviços básicos da *tabanca*²⁰.

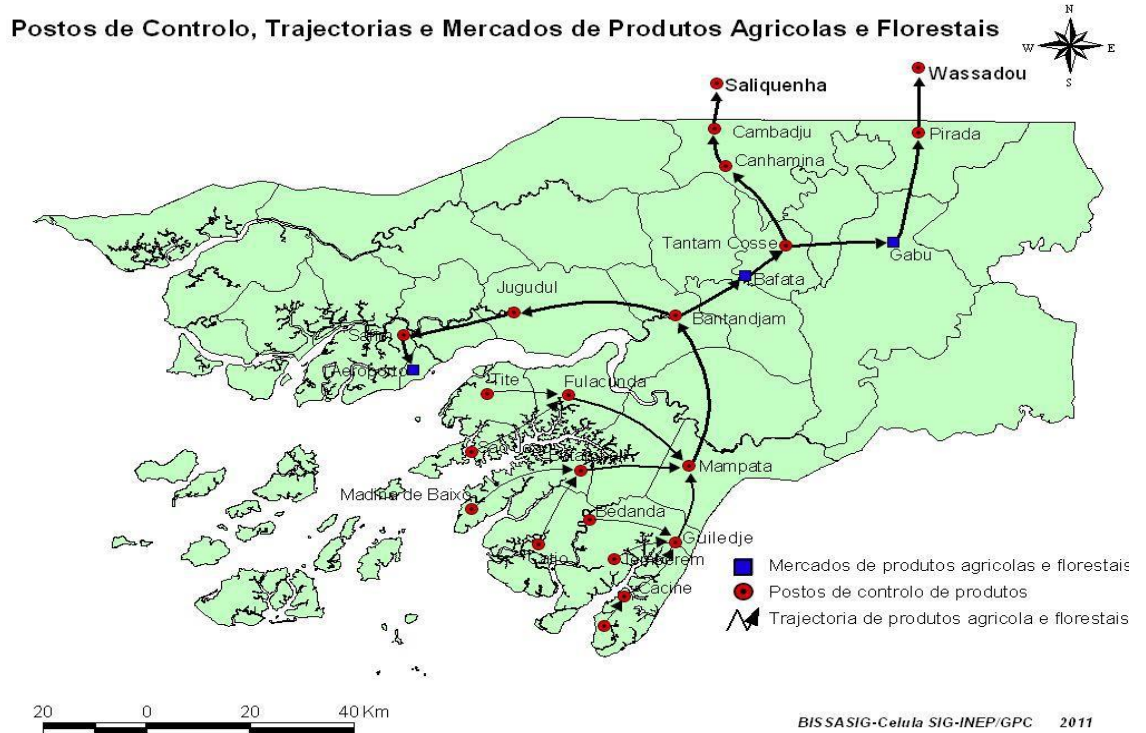
De recordar que a Guiné-Bissau ratificou as convenções de livre circulação de pessoas, bens e serviços tanto dentro do território assim como nas fronteiras em que “todos os produtos têm direito a livre circulação dentro do território nacional da sub-região segundo as leis de UEMOA e CEDEAO. De igual modo devem as pessoas circular nesses países” (ALMEIDA ; CAMARÁ, 2011). Infelizmente, por assim dizer, essa lei era sempre fraudada ou não se aplica quer dentro do país e nos países vizinhos, os servidores do estado aplicam taxas irregulares.

Os pagamentos ilícitos arcados pelas mulheres *bidéiras* foi explicada em dois vertentes: 1) a maioria das mulheres *bidéiras* preferiam os pagamentos ilegais já que não precisaria apresentar todos os produtos nos postos de controle, e o legal elas eram obrigadas apresentar todos os produtos transportados, neste processo além de ser mais caro era moroso o que poderia levar extravio de alguns produtos que não aguentam “maçadas” e acabariam

²⁰ Tabanca nome que se dá pequena povoação de acordo divisão administrativa no Brasil pode ser comparado com distrito

arcando prejuízo. 2) se aceitassem arcar as tarifas legais automaticamente refletiria nos preços de vendas dos aos compradores, e com elevado preço obviamente perderam concorrência com seus congêneres da sub-região Senegal, Gambia, Guiné Conakry etc. todos estes concorrem nos mesmos mercados. Com efeito, o mapa em baixa ilustra as localizações de diferentes postos de cobranças ilícitas arcadas pelas mulheres *bidéiras* ao transportarem as mercadorias.

Figura 6-Distribuições de postos de controlo nas trajetórias e mercados de produtos agrícolas e florestais.



Fonte: Estudos sobre as barreiras formais e informais à circulação de principais produtos agrícolas das regiões de Quinara e Tombali. Almeida, Josué Gomes & Camará, Samba Tenem (2011).

Alguns produtos como havia dito atrás, não aguentavam as grandes maçadas por vezes acabariam sendo estragados pela má qualidade das pistas das zonas rurais antes de chegarem aos postos de controle. Por exemplo, as mangas, bananas, papais, laranjas etc. No que concerne aos controles às mulheres atravessam vários postos e cada um deles teria que ser pago por um carimbo de autorização de passagem, por exemplo,

A trajetória de Sul para Bissau as mulheres *bidéiras* passam por seis (6) postos de controle sendo primeiro Iemberem, segundo Mampata Forea, Terceiro Bantandjam, quarto Jugudul, quinto Safim e por ultimo retunda do Aeroporto, todos os postos as *bidéras* devem pagar o carimbo das mercadorias, óleo de palmo (dendê), por exemplo, o valor da cobrança é de 25 francos CFA por cada litro (ALMEIDA; CAMARÁ, 2011).

Os postos de controles instalados nas vias de acesso além de constituírem grandes preocupações para as mulheres *bidéiras*, as cobranças feitas na maioria eram ilícitas e sem necessidades e as receitas cobradas não chegavam à core do Estado.

Quadro 8-Distribuição dos postos de controle e os pagamentos suportados pelas *bidéiras*.

Eixo	Distância por Km	Número de Barreiras por Serviços										Total	Total sobre 100	Produtos	Atos Rodutivos	Pagamentos por Viagem	Atrasos por Viagem
		Infância	F	V	T	Alimentos	Infância	E	Comércio	Outros							
Quinara/Bissau	68										1		Transportadores, Comerciantes e Bidéras	Óleo de Palma, Peixe, Fumado	155.000,00	480 minutos	
Quinara/Senegal	93										3	1,3	Transportadores, Comerciantes e Bidéras	Óleo de Palma, Peixe, Fumado	495.000,00	720 minutos	
Total	61				2	2	0				4	8,3			200.000,00		
Tombali/Bissau	89										1	,2	Transportadores, Comerciantes e Bidéras	Óleo de Palma, Peixe, Fumado	155.000,00	480 minutos	
Tombali/Senegal	20										3	0,3	Transportadores, Comerciantes e Bidéras	Óleo de Palma, Peixe, Fumado	495.000,00	730 minutos	
Total	09				2	2	0				4	7,5			00.000,00		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Almeida, Gomes e Camará, Samba Tenem (2011).

Considerando as informações fornecidas no quadro acima, podemos constatar que as mulheres *bidéiras* que circulavam nas vias de região de Quinara e Tombali faziam quase mesmo percurso das viagens e numero de postos de controle. Contudo, a Região de Tombali apresenta uma ligeira diferença nos postos de controle, pagamentos por viagem, e minutos gastos para Bissau e Senegal respectivamente. Outro análise importante,

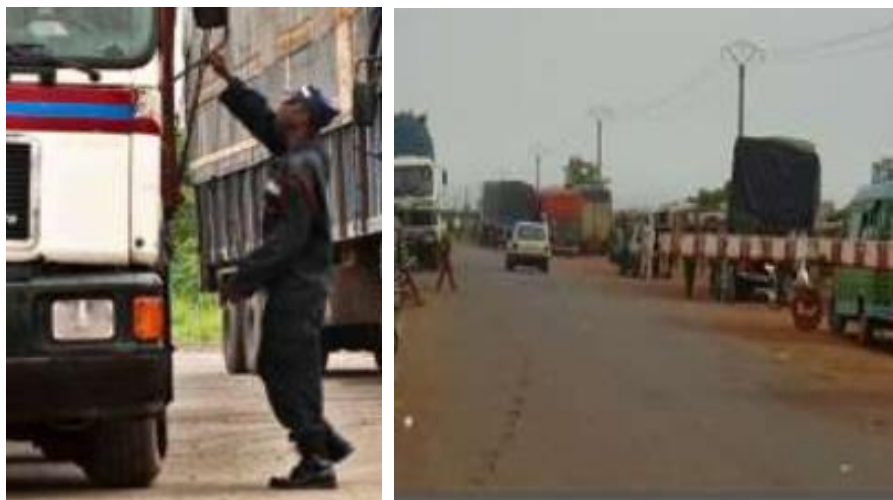
Tem a ver com o tempo de atraso nos postos que como foi dita no relatório tem mais ou menos uma duração média de 30 a 45 minutos, dependendo do posto de controle e do produto a transportar e da margem negocial das entidades sediadas no posto de controle (ALMEIDA; CAMARÁ, p. 15).

Os problemas de constrangimentos apresentada impacta, portanto, negativamente as mulheres *bidéiras* e *locatairs* nos seus lucros levando em conta os pagamentos efetuados nas estradas, e que refletira nos consumidores finais, quem paga tudo do circuito econômico.

Neste aspecto, embora as duas organizações têm os mesmos propósitos de livre circulação de bens e pessoas, a UEMOA estava mais avançado no que se refere às trocas comerciais enquanto que a CEDEAO estava com dificuldades para afirmar este propósito no seu espaço comunitário.

É frequente a cobrança nos postos da travessia de Sul os agentes de guardas nacionais parar os caminhoneiros que carregam as mercadorias das mulheres *bidéiras* pedindo dinheiros como requisito de autorização de passagem.

Figura 7-Posto de controlo na trajetória de sul para Bissau.



Fonte: Almeida, Gomes e Camará, Samba Tenem (2011).

Segundo Camará et al (2013) identificam que, as atividades econômicas informais praticadas pelas mulheres tinham sido de grande impotência. Essas atividades que incluía os produtos florestais e silvestres. Apesar da sazonalidade desempenhasse funções básicas no reforço da segurança alimentar. Contribuía nas despesas como: pagamentos de mensalidades escolares dos educandos comparam materiais didáticos e nos transportes para escola “em outros casos, os rendimentos auferidos são alocados para aquisição se alimentos e realização

de outras despesas importantes para a família tais como compra de medicamentos e pagamento das mensalidades dos educandos” (CAMARÁ et al, 2013, p. 15).

O comercio informal tinha sido um papel importante e crucial no abrandamento de insegurança alimentar na sub-região da África ocidental, sobretudo dos países vizinhos da Guiné-Bissau-Senegal, Gambia e Guiné Conakry concomitantemente. O que se nota nas ultimas duas décadas o comercio informal tornou-se de mercado de emprego de inúmeras pessoas. O principal fator que norteava a adesão de muitas pessoas ao comercio informal, consistia em dois motivos, a saber: 1) a falta da organização do setor comercial que pudera absorver os operadores econômicos do setor, o valor de salário que os funcionários auferiam não compensava as despesas para com familiares, e recorriam para atividades informais; 2) a facilidade de acesso dos produtos através das redes comerciais da sub-região, contudo, havia transtorno por parte das autoridades.

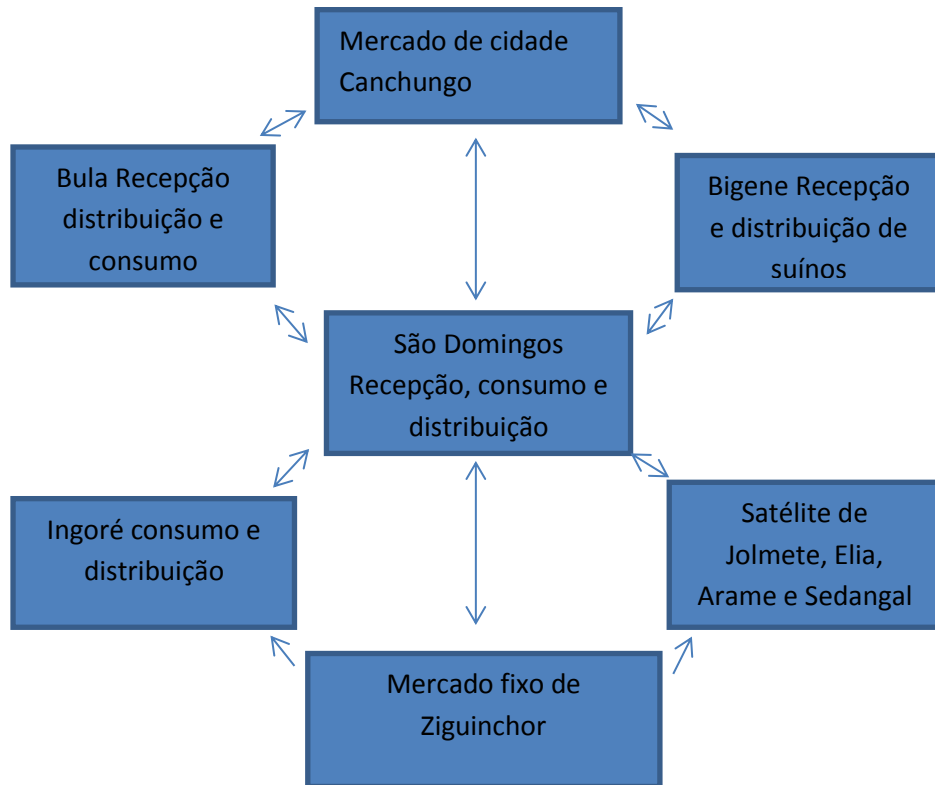
Os mercados informais (*lumos*) instigam uma rede interligação entre os povos, na medida em que tornam de uma forma fácil, os laços de aproximação e as transações dos produtos comercializados e consumidos na sub-região. Por exemplo, na região de Cacheu as mulheres *bidéiras* que operam no mercado de Canchungo²¹ criam amizade com as de Ziguinchor²²-Senegal, as de Kolda²³-Senegal com seus congêneres de Norte da Guiné-Bissau, Gabú e Bafatá com os da Guiné Conakry. Ali misturam “culturas e línguas diferentes, em que cada um exercia as atividades econômicas e, mantinha a comunicação comercial entre eles” (CAMARÁ, et al, 2013, p. 19), dentre esse relação nasce às relações de confiança ao ponto de criarem banco de credito informal sem personalidade jurídica para financiar seus negócios.

²¹ Cidade comercial de região de Cacheu, era conhecida por Teixeira Pinto na era Guiné Portuguesa. A cidade organiza semanalmente o mercado informal-Lumo.

²² Capital da região de Casamance, na vizinha República de Senegal.

²³ Cidade pertencente a região de casamance.

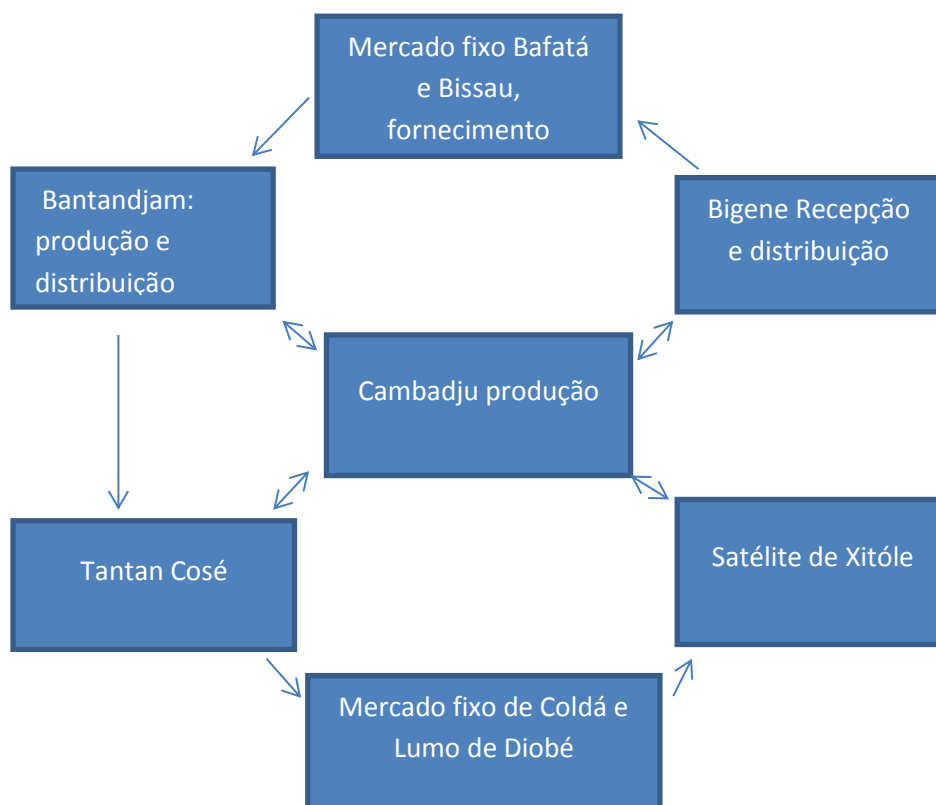
Figura 8: Redes de fluxos de mercados no eixo de Cambadju, Bafatá, Guiné-Bissau. Kolda, Dioabé-Senegal.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Camará et al (2013).

Para Camará et al (2013), as redes comerciais constituídas entre as mulheres *bidéiiras* eram, obviamente, baseadas na ligação de grupos étnicos, familiar com intuito de, no futuro garantir a confiança de ter mais facilidades na concessão de crédito e a manutenção de fluxo das mercadorias regularmente.

Figura 9: Redes de fluxos de mercados transfronteiriça no eixo de Cambabju Bafatá-Kolda-Diobé.



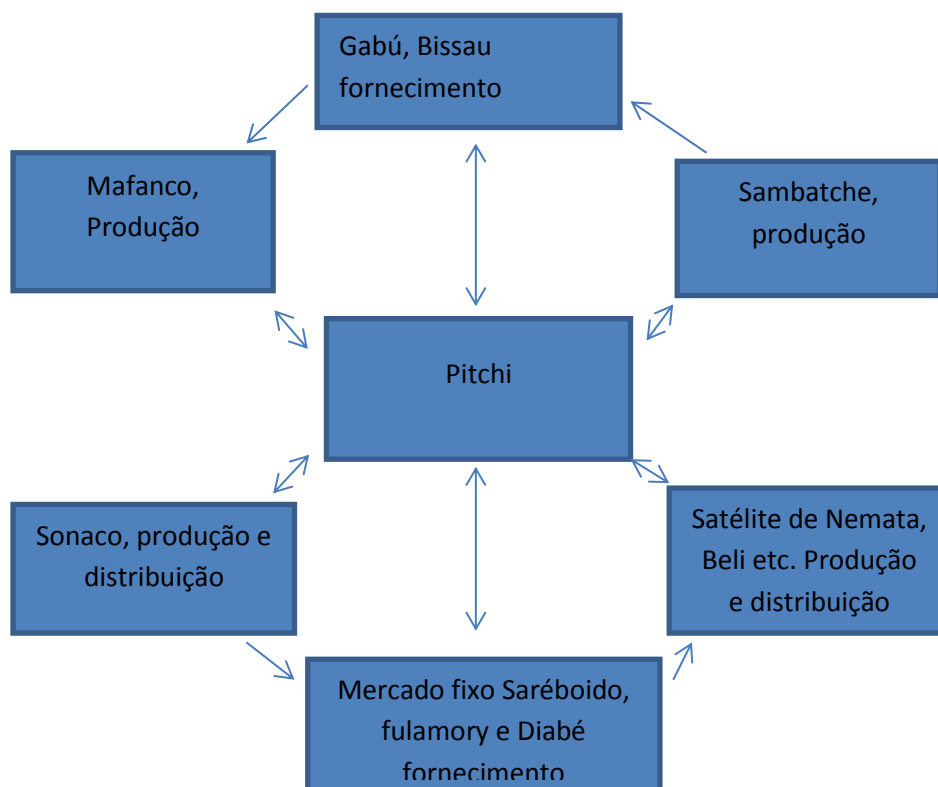
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Camará et al (2013).

As redes comerciais transfronteiriça acima espelhado eram constituídas por “retalhistas²⁴ e semi-grossistas²⁵, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes” (CAMARÁ, 2013. p. 22), esse grupo dos atores econômicos desempenhavam um papel relevante. As redes comerciais aqui referidos havia mais a predominância das mulheres que contribuíam na segurança alimentar das famílias.

²⁴ Vendedores que compram os produtos em o retalho nos grossistas ou semi-grossistas para revender nos mercados das periferias.

²⁵ Pequenos comerciantes que vendem os produtos atacados aos retalhistas.

Figura 10: Redes de fluxos de mercados no eixo de Pitchi, Gabú, Guiné-Bissau; Saré Boido, Fulamory (República da Guiné Conakry).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Camará et al (2013).

No que se refere aos produtos vendidos no mercado, de acordo com Camará et al (2013), os vendedores de produtos locais (agrícolas, do mar e de floresta) eram, geralmente, predominado por contingência dos guineenses, no eixo de São Domingos, região de Cacheu, no Norte da Guiné-Bissau, e Ziguinchor no Sul do Senegal as mulheres senegaleses e de outras nacionalidades concentravam-se na venda dos produtos industrializados trazidos de diferentes países. Enquanto as mulheres guineenses também comercializavam produtos do mar, óleo de palma (dendê), frutas etc.

Apesar de o setor informal tenha tido pouco atenção pelo governo, mas o setor apresenta um fluxo de rendimento de capital volumoso e que contribui no produto interno bruto (PIB) do país como podem ver no quadro em baixo, o funcionamento dos *lomos* e suas receitas diária, mensal e anual.

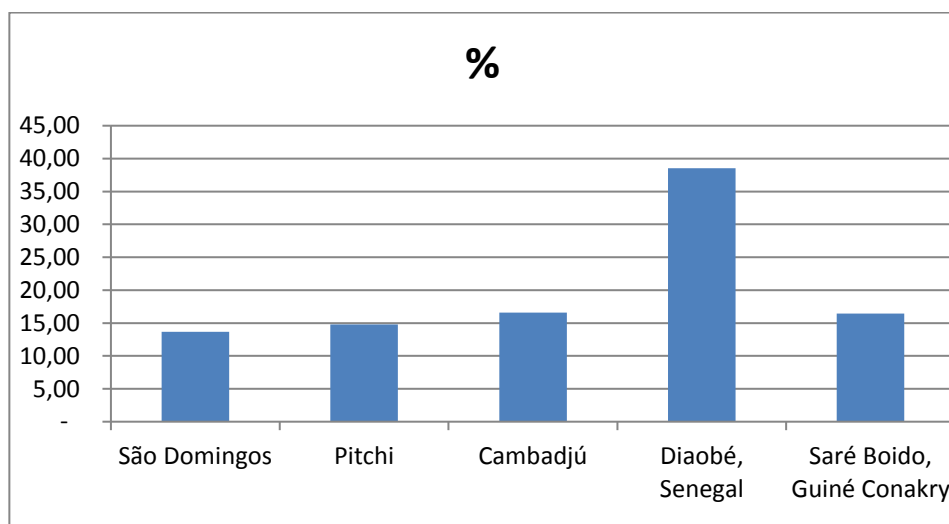
Quadro 9: Estimativa de comercialização de produtos agrícolas, florestais e transformadas, por *lumo*, dia, mês e ano, em franco CFA.

Mercado (" <i>Lumo</i> ")	Venda Média/Dia	Venda Média/Mês	Venda Média/Ano
São Domingos	12.017.325,00	48.069.300,00	576.831.600,00
Pitchi	13.008.600,00	52.034.400,00	624.412.800,00
Cambadjú	14.596.850,00	58.387.400,00	700.648.800,00
Diaobé, Senegal	33.890.950,00	135.563.800,00	1.626.765.600,00
Saré Boido, Guiné Conakry	14.450.700,00	57.802.800,00	693.633.600,00
Total	87.964.425,00	351.857.700,00	4.222.292.400,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Camará et al (2013).

Lumo é um lugar onde se concentra as pessoas de diferentes nacionalidades grupos étnicos que iriam à procura e vendas dos produtos e serviços de diferentes tipos de acordo com as necessidades. Pode ser entendido também de um mercado informal que funciona uma vez por semana, concentra diferentes tipos de produtos e pessoas.

Gráfico 7- Analise percentual das vendas por *lumo*.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados acima apresentados.

Analisando o gráfico acima podemos chegar à conclusão de que entre os cinco (5) mercados informais-*lumos* aqui apresentado apresentam volumes de receitas diferentes. A diferença das vendas pode ser correlacionada à localização geográfica, por exemplo, o mercado informal-*lumo* de Diaobé que apresenta 38,53% de soma das vendas de cinco *lumos*,

fica localizado entre as três fronteiras Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Senegal. Portanto facilita o acesso de todos os operadores de *lumos*.

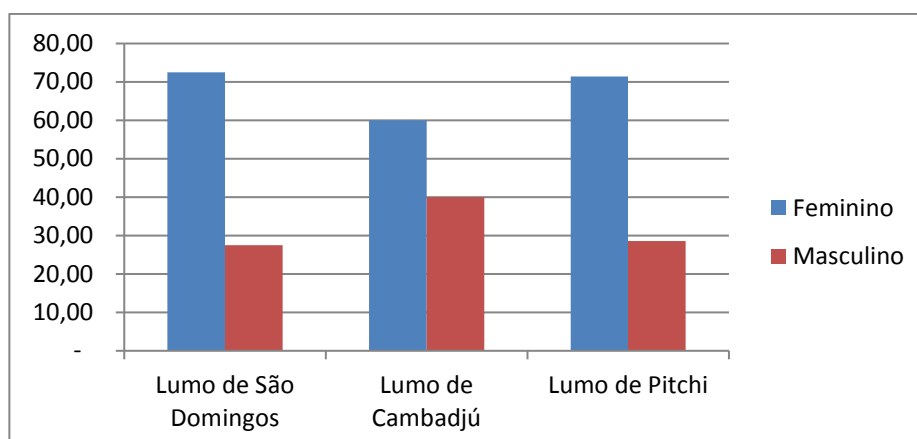
De acordo com os mesmos autores (2013) as pessoas que participam no mercado informal-*lumo* se estimavam entre **13.750**, entre as quais **8.700** de sexo feminino, e **5.050** pessoas do sexo masculino, ou seja, entre todos participantes compradores, vendedores grossistas, retalhistas etc., em cada seis (6) mulheres se encontrava quatro (4) homens presentes no mercado. O estudo mostra ainda que, a presença massiva das mulheres no mercado informal era quase em todos os encontros dos atores intervenientes no setor. Para explicação, o quadro em baixo espelhada a participação das mulheres em três mercados-*lumos* estudados pelos autores, dois na zona Leste, Pitchi na região de Gabú e Cambadjú na região de Bafatá e um na zona Norte, São Domingos região de Cacheu. Nestes mercados se verifica a presença das mulheres estrangeiras devido a sua localização geográfica nas linhas de fronteiras com Senegal e Guiné Conakry também se verifica a presença da nacionalidade gambiana.

Quadro 10- O número das pessoas do sexo feminino que visitam, em média, em cada um dos *lumos* identificados.

Localidade	Pessoas estimadas Presentes	Sexo Feminino Estimado
Lumo de São Domingos	2.000 pessoas	1.450 pessoas
Lumo de Cambadjú	10.000 pessoas	6.000 pessoas
Lumo de Pitchi	1.750 pessoas	1.250 pessoas
Total	13.750 pessoas	8.700 pessoas

Fonte: Elaboração própria a partir dados de

Para os mesmos autores (2013) não era possível realizar um estudo executivo dos produtos que circulavam no mercado informal-*lumo* fora encontrado produtos agrícolas, florestais e industriais. Entre as três localidades estudadas o mercado-*lumo* de Cambadjú apresenta maior numero de participantes. Esse deve ser devido à localização geográfica na linha de fronteira com Republica de Senegal país com experiência de longos anos.

Gráfico 8- Participantes de mercado informal-*lumo* por sexo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de quadro acima.

O mercado fica localizado no ponto estratégico das cidades vizinhas, consegue atrair os habitantes de arredores. Os outros dois mercados de Pitchi, por exemplo, a distância, má condições das estradas acabam afastando a presença das mulheres *videiras* e de São Domingos tem haver com concorrência com mercado-*lumo* de Ziguinchor por estarem próximos e que os produtos na maioria eram encontrado em ambas, portanto, acaba diminuindo a procura.

5.2 A MULHER NA PESCA E VENDA DOS PESCADOS

Dicotomia entre industrial e artesanato foi o ponto de partida da divisão dos limites marítimos. Praticando cada estado com autonomia pelos direitos a pesca sem que lhe seja exigido de prestar conta se não a si mesmo. O industrial/artesanal estabeleceu-se, portanto, a hierarquia determinada pelas convenções dos internacionais. Deste modo a pesca artesanal hierarquicamente subordina a pesca industrial, este considerado mais lucrativo tendo em conta a seu volume de faturamento em grande quantidade. Ao mesmo tempo fornece o mercado externo os pescados da primeira qualidade que não é consumida no próprio país onde a pesca é feita. Quanto a isso o artesanal ocupa espaço de subalterno em relação aquele hegemônico com fornecimento de dos pescados em pequena escala. O uso da tecnologia menos avançado. Os pescados eram destinados para alimentação da subsistência quando de excedente vai para o mercado interno. A divisão de duas profissões com mesmos fins entendeu-se para as relações sociais e humanas “centro/preferia, pesca industrial/artesanal, pesca marítimo/costeira, produção/mercado, formal /informal, mundo/casa, homem/mulher”

(FERNANDES, 2012, p. 2). A Guiné-Bissau consta na lista das profissões hierarquizadas. No setor informal como foi analisado por alguns pesquisadores nacionais e internacionais era frequentado na maioria esmagadora por mulheres. A pesca tradicional-artesanal é um lugar onde podemos encontrar, embora com pouca frequência, as mulheres aos lados dos homens pescando nos pequenos canais dos rios-*tadja* Gamboa a pesca que se faz de pequenas redes assegurando as baldes movimentando de um lugar para outro (FERNANDES, 2012).

Para Fernandes (2012) a pesca industrial praticada na Guiné-Bissau é assegurada pelos acordos bilaterais e multilaterais entre os países. Como a sustentabilidade exigia recursos financeiros e materiais de tecnologia bem sofisticados que os países africanos em particular os da África Ocidental não conseguiam, normalmente, assegurar e acabariam de assinar os acordos bilaterais/multilaterais com países da Europa e Ásia “Japão, China e Coreia” os acordos que resultariam na conceição das licenças de explorarem os recursos marítimos. A pesca industrial praticada nos países da África Ocidental era raro encontra os nacionais a operarem como empresários. Talvez “no Senegal, onde alguns empresários nacionais se aventuraram, encontram-se atualmente em estado de falência” devido falta de verbas, o setor exige capital financeiro de muito elevado fazia com que os nacionais não conseguiam assegurar a sua permanência no setor. De qualquer forma a pesca industrial é assegurada para suprir as necessidades financeiras. O autor ressalta que,

A pesca industrial virada para exploração, para obtenção de divisas para fazer face aos grandes desequilíbrios macroeconômicos, é coberta por acordos bilaterais e multilaterais entre os estados costeiros da África Ocidental e países da Europa e da Ásia (...) estes acordos enaltecem a complementaridade entre os Estados, uns, os africanos, sem meios técnicos para assegurar a exploração de enormes recursos haliêuticos e os outros, os do Norte, superequipados em meios técnicos. (FERNANDES, 2012, p. 29).

Neste acordo, que foi assinado em Lomé, conhecido de acordo de Cotonou que incluía os países da África, Caraíba e Pacíficos, o que se nota é a presença da União Europeia a beneficiarem mais das concessões das licenças em relação aos países asiáticos. Podemos pensar essa privilegio das aproximações dos países europeus com os africanos do que o continente asiático. Essa relação que sabe ser pensado no contato direto que os povos africanos tiveram com os da Europa na era colonial.

De acordo com Fernandes (2012) a pratica de pesca artesanal teria sido iniciado pelas mulheres nos desaguamento dos rios “barriga dos rios” onde os peixes reproduzem. Pescavam de pé. Entre as praticas de atividades pesqueiras praticadas pelas mulheres inclusas os

mariscos ostras e moluscos²⁶ todos esses processos determina cm o processamento, produção e comercialização sem que haja a participação dos homens. Em algumas regiões da Guiné-Bissau, Biombo-Ilondê. Neste setor havia sido criadas associações dos moradores com o intuito de desenvolver a comunidade assegurada em financiamentos de pequenos projetos em curto prazo. Deste modo, as mulheres mais jovens recorriam a este financiamento para investir nas compras de materiais de pescas canoas motorizadas, redes etc. empregando os homens e assalariando-os. A mesma estratégia era praticada pelas mulheres da ilha de Bubaque-Bolama *Bijagos*, ali adotaram outras relações de trabalho. As mulheres proprietárias de canoas e os pescadores fecham acordos em que os pescadores se comprometem entregar os pescados duas vezes a proprietária e recebe uma só vez. Todos estes pescados querem das mulheres assim como dos pescadores eram vendidos pelas mesmas pessoas-mulheres proprietárias de canoas e depois entregar aos pescadores o valor vendido. No caso de não terminar a venda, o resto será apresentado e conservado para serem vendidos no próximo dia, o que se pode compreender entre os pescadores e mulheres proprietárias é que existe uma relação de confiança (FERNANDES, 2012).

Outra categoria das mulheres no setor dos pescados é as *bidéiras*, esse grupo composto por mulheres teria seu papel específico, de intermediação entre as proprietárias/pescadores e os consumidores. A compra era feita em atacado nos portos de desembarque dos pescados usa-se baldes plásticos como unidade de medida em outros casos as bacias *ronca força*²⁷ substituindo balde. Os pescados adquiridos pelas mulheres *bidéiras* eram a priori para os mercados onde seriam vendidos, frescos. Em certos casos quando não terminavam vender os pescados aplicavam o processo de transformação que ocorria em três formas: fumagem, secagem e salga-*pis fumadu*, *cassequ e escalada* que poderá durar mais ou menos seis (6) meses de conservação. Depois de sofrerem o processo de transformação seriam vendidos no mercado nacional ou na sub-região. Os pescados transformados, geralmente, teriam muita procura dos consumidores. No caso específico da Guiné-Bissau os transformados em fumagem-*pis fumadu*²⁸ para pratos de *caldo di chabeu*, (prato de etnia manjaco) *mancara e caldo branco* (um tipo de prato mais procurado pelos guineenses); os transformados em *escalada e cassequ* participam nos pratos atrás mencionados, mas ele bem saboreado em *kuntango di siti* o seu preparo é bem simples basta água, arroz sal e azeite dendê. Os pescados *fumadus*, *casseques*, *escaladas* e peixes frescos eram vendidos nos

²⁶ Os aquáticos moles. Alguns cobertos e dotados de movimento.

²⁷ Ronca força é um tipo bacia de uso doméstico que as mulheres carregam água e outros produtos.

²⁸ Peixe transformado através de processo de Fumaça colocando peixe a cima de grade de baixo fogo, ali com a temperatura vai se transformado em meio cozida.

mercados, passeios das cidades ou em *lumos* expostos em cima das mesas improvisadas, no chão estendendo os panos ou cartazes (FERNANDES, 2012, p. 31).

Por mais que a distribuição dos peixes seja feita em primeira mão pelos responsáveis de pequenas embarcações da pesca artesanal na Guiné-Bissau a comercialização do peixe se realiza pelas mulheres *bidéiras*. Elas responsabilizam as distribuições e vendas nos mercados de Bissau no interior do país. As zonas com escassez de pescado. Nas regiões do interior do país onde existem práticas de pesca fazem a distribuição para capital e interior do país. Capital Bissau. As mulheres que praticam os comércios dos pescados dificilmente encontram um em cada 10 delas sequer esposa de pescador.

Bem que a primeira remessa ao mercado seja assegurada pelos proprietários e/ou capitães de unidades de pesca, a comercialização dos desembarques da pesca artesanal na Guiné-Bissau realiza-se por intermédio de mulheres (chamadas *bideiras*). Elas são responsáveis pelo escoamento do peixe fresco nos mercados de Bissau e do interior (PDIA, 1993, p. 10).

O relatório de Programa para o Desenvolvimento Integrado das Pescas Artesanais 1993, PDIPA (1993) infere que a comercialização era muito restrita (raio de 100 km no máximo). Entre elas alguns operavam como grossistas, semi-grossistas deslocavam à Bubaque atravessando o rio de pirogas para abastecer o mercado de Bissau. A análise do relatório indica que, os operadores desta via náutica a porto de *Pindjiguiti* (porto de Bissau), entre estas pessoas 100 mulheres e 20 homens neste comércio. Outros deslocam de Cacheu à Bissau com peixes frescos e *fumados* por via terrestre transporte misto-*candonga*²⁹ como é conhecido no país.

²⁹ Tipo de transporte misto que faz ligação entre os municípios e regiões do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou análise de como as mulheres guineenses deram as suas contribuições em prol de desenvolvimento do país. Uma reflexão que pode dar a contribuição tanto nos aspetos económicos quanto político, além, disso nos permite entender quais as dificuldades que as mulheres enfrentam no percurso de comércio informal, a sua inserção social, tipos de discriminação que elas sofrem e as dificuldades encontradas na realização desta pesquisa.

A emancipação da mulher guineense remonta nos períodos antes da independência as mulheres no seio de PAIGC, conseguiram criar a organização especificamente das mulheres, a organização que resistiu até no momento atual no seio daquele partido. Embora dentro da sociedade guineense o sistema patriarcal predominante, onde homem ainda é centro de tudo subestimando o papel da mulher para segundo escalão, provedor. Este trabalho de investigação demonstra o contrário, jamais a mulher é provedor, o que se nota é que o esforço e resultado de trabalho das mulheres é sempre registrado em nome do homem, este comportamento minava e mina a presença da mulher em todas as esferas social, cultural, económico e intelectual.

Vale ressaltar que o processo da independência que juntamente com os homens, as mulheres participaram ativamente na linha de frente, o processo que durou mais de 10 anos. No período pós-independência e nos momentos atuais da democracia e multipartidarismo, a mulher continua na construção do país. O que parece inédito neste período é a redução de números das mulheres na política ativa em relação a período da luta para independência. Esta redução acontece exatamente quando o país entrou no regime da democracia que, independentemente do aparecimento de muitos partidos que se dividiam o poder com PAIGC que era partido único, também o sistema democrático exigia muito das pessoas de nível de escolaridade mínima, de qualquer maneira havia poucas delas que possuíam essa qualificação.

A inserção política da mulher não resistiu à pressão de multipartidarismo instituída no princípio de 1990. Neste regime houve a queda de números das mulheres na Assembleia Nacional Popular em relação ao regime do partido único, em que a presença das mulheres no parlamento tinha mais representação, por exemplo, nos anos 1989-1994 esta legislatura considerado o último mandato de regime de partido único havia 20% das mulheres no parlamento e, é a única legislatura em que a representação feminina aparece com o número maior até no presente momento. A partir de 1994 até presente legislatura o percentual oscila de 14% e 13%, o que tudo indica que a inserção política das mulheres guineense está ainda

em construção. Não obstante as exigências das organizações femininas no cumprimento de acordo de que defenda a reserva de 40% das vagas para as mulheres nos cargos públicos, o sistema que se rege na sociedade guineense parece estar longe desta realidade.

A pouca presença das mulheres nos cargos públicos é corroborado com baixo nível de escolaridade, que afasta em muitas ocasiões a responsabilidade das mulheres. Bem sabemos que as estruturas culturais da maioria dos grupos étnicos não facilitam as suas filhas irem à escola alegando que não é o espaço para as mulheres. Apesar desta construção social esteja em desconstrução e incentivando as meninas de ir à escola e ocuparem os espaços juntamente com os homens, mas a equidade entre os gêneros está longe de se concretizar. A maior dificuldade que se nota hoje é que os governos não despõem das infraestruturas escolares para albergar as demandas dos estudantes. A política educativa é muito insignificativa em comparação com os países da sub-região, em 2006, o Orçamento Geral de Estado destinou apenas 4% para setor educação enquanto no Senegal 6,7% e no Mali 12,2%.

Contudo, o país despõe de poucos recursos materiais e financeiros para melhor funcionamento das escolas em todo país, que poderia permitir a acesso de todos os cidadãos, isso constitui em grande parte o fator da redução da presença das mulheres na escola. Mas também do ponto de vista cultural, a ausência das mulheres na escola prende-se com a organização sociocultural dos grupos étnicos que compõem a nação. Com fundamentos nos usos e costumes de alguns a mulheres não precisa ter conhecimento acadêmico avançado já que ela vai se casar o marido, este responsabilizara da sua vida. Portanto, a construção da sociedade só pode ser concretizada com a igualdade de direitos que permitiria a acessibilidade dos cidadãos dos serviços de Estado a ele inerente. Porém, o desenvolvimento da Guiné-Bissau precisa levar em consideração a questão de gênero.

Vale ressaltar que a igualdade de gênero entre o homem e a mulher guineense poderá ter o seu exigido, só quando for extinta a organização social baseada no sistema patriarcal ou tradicional que coloca homem no centro de atenção social.

Constata se que as mulheres constituem o grupo de responsáveis de agregados familiares sustentadas pelo trabalho informal na agricultura, na pesca artesanal e comercio. Foram encontrados nesta pesquisa que as mulheres têm mais os encargos familiares em relação aos homens, o numero de agregado chegava até 18 membros enquanto nos homens estava entre 5 e 6 membros. Nesta ótica podemos admitir que o índice da pobreza tanto normal assim como extrema reside nos agregados dirigidos pelas mulheres, levando em consideração não apenas o volume das pessoas, mas também a precariedade do trabalho em que elas sustentam a família.

A crise política militar que se deu em 1998, revolucionou a aderência de inúmeras mulheres no comércio informal que circulavam entre mercados informais-*lumos* do país e nos países vizinhos. A inserção das mulheres neste setor veio reduzindo a pobreza familiar dos seus agregados, embora com dificuldades no exercício das suas atividades. As mulheres passam muitas dificuldades nos *lumos*, isto se deve ao fato da falta de meios financeiros, a insuficiência das agências estatais de prestação de serviços e as instituições de créditos. Não obstante existência de alguns serviços sequer respondia com as necessidades das mulheres. A livre circulação é uma das situações que as mulheres *bidéiras* enfrentam nas pistas, a polícia de trânsito e demais outros serviços faziam cobranças ilícitas, esta prática tem sido um fator de estrangulamento no crescimento e a continuidade das mulheres neste trabalho.

Com relação a sua contribuição no crescimento econômico, as produções das mulheres deram impulso no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) tendo conta a suas responsabilidades com despesas famílias e, este entra no cálculo de cabas de compra do país. Não obstante a contribuição no trabalho produtivo das mulheres guineenses na agricultura, os sucessivos governos do país jamais se interessam melhorar as condições de trabalho para que possam executar as tarefas de forma condigna. Os governos têm demonstrado pouco interesse em saberem exatamente as contribuições econômicas das mulheres para o desenvolvimento do país.

Posto isso, no nosso entender o Estado deve prestar atenção nas políticas públicas que favoreça as mulheres, passando pela inserção social no sua plenitude, reconhecimento social pelas suas contribuições no crescimento da economia do país. Lutar para acabar com as práticas nefastas contra as mulheres, o fenômeno que constitui a discriminação baseada no gênero. O Estado deve zelar interesses de criar as instituições financeiras, estabelecer acordos de parcerias com bancos privados que passassem a conceder os créditos para as mulheres de atividades econômicas para que possam assegurar e permanecer no setor.

No que se prende com as dificuldades, todavia o assunto não é tão difícil de abordagem, mas no primeiro momento do nosso trabalho deparamos com dificuldades que se prendem com os materiais de estudos. É claro que, a fonte primária de investigação marca uma distância imensa com local da realização da pesquisa. Por esta razão e sem meios de deslocamento houve transtornos na obtenção dos dados no momento esperado. Mas felizmente quando redobramos os esforços nos contatos com pessoas ligados ao assunto, obtivemos resposta que nos permitiu realizar este trabalho.

Queremos salientar a importância para o campo de estudos feminino e sua necessidade de aprofundamento da pesquisa em outros momentos. Pois achamos que os

resultados encontrados não são suficientes para esgotar o assunto. Desta forma, recomendamos a pesquisa profunda por outros pesquisadores porque o assunto interessa tanto para sociedade para efeito de incentivar a participação na produção econômica, quanto para governo da Guiné-Bissau no direcionamento das políticas públicas para as mulheres e na tomada de decisões governativa.

REFERÊNCIAS

ACHINGER, Gertrud. Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições econômicas e sociais das mulheres da zona rural. **Soronda**, Bissau, n. 14, jul. 1992.

ACOSTA-LEYVA, Pedro. **África entre Africanistas e Africanólogos no Brasil**. 1ª Edição. Pará de Minas, MG:Virtual Books Editora, 2013.

ALMEIDA, Ana Sofia Carvalho de. **A mobilização Política da Mulher Guineense. Dissertação para obtenção do título de Mestrado.**

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5507/Tese%20Sofia%20de%20Almeida_Jornalismo_Politica%20e%20Historia%20Contemporanea.pdf?sequence=1>. Acesso: 03 Fev. 2016.

ALMEIDA, José Gomes de; CAMARÁ, Samba Tenem. Estudo sobre as barreiras formais e informais à circulação dos principais produtos agrícolas das Regiões de Tombali e Quinara. **Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural**, Buba, 22-25 de Junho de 2011.

CABRAL, Vasco. **Colonização e Religião. Da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné**: Soronda Revista dos Estudos Guineenses. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP nº 5 jan. 88.

CAMARÁ, Samba Tenem. Lumo – **Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lumo de Mafanco**, 2010.Disponível em:<https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=8UEOVvq5Noik8wehj6YDQ&gws_rd=ssl#q=comercio+informal+na+guin%C3%A9+Bissau>. Acesso: 28. Dez. 2015.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013, f 289. Tese de doutorado. Salvador, 2013.

DINIZ, Maria Adélia. **Gestão tradicional dos recursos naturais na Guiné-Bissau**. Disponível:<<https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p08c01-adc3a9lia-diniz.pdf>>. Acesso: 22 Dez. 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. **As mulheres do sector informal**: Experiências da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.cisaas.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Patricia%20Gomes.pdf> . Acesso. 13 Dez. 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade**: O P.A.I.G.C. e luta armada na Guiné-Bissau. 2010. f 388. Monografia. L'Harmamttan Italia, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DA SAÚDE: **a prevalência do VIH na população geral na Guiné-Bissau em 2010**. Relatório final do inquérito nacional, 2010. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/Prev_VIH_comunidade_Final.pdf>. Acesso: 24 Out. 2016.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS: **Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf>. Acesso: 21 dez. 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA PLANO INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Documento Nacional da Redução da Pobreza (DENARP II)**. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>>. Acesso: 21 Dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO (OIT). **Relatório V OIT 103ª conferencia Internacional de Trabalho**. Disponível em: <www.ilo.org/public/portuguese/regioneurprolisbonpdfrelatorio103_v1_pt.pdf>. Acesso: 29 Mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. **Conferencia internacional de trabalho 103ª sessão**. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portuguese/regioneurprolisbonpdfrelatorio103_v1_pt.pdf>. Acesso, 21 de Mar. 2016.

PERSON, Yves. **Os povos da costa-primeiros contatos com os portugueses-de Casamance às Lagunas da costa do Marfim**. In: Historia Geral da África. África do século XII ao XVI editor Djibril Tamsir Naine; [tradução MEC-centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos].-3.ed.-São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO. 2011.- (Coleção historia geral da África;vol.4).

RAMOS, Alyson Thiago Almeida. **A organização Feminina em Empreendimentos solidários: uma alternativa de inclusão ao mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/alysson.pdf>>. Acesso 23 ago. 2016.

ROQUE, Silva; MANE, Fodé; SILA, Tonica et al. **Retrato da violência contra Mulheres na Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/907_VAW%20study_completed_FINAL.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas Clientes e Compradores: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé**. Leiden: editora, 1999.

SERQUEIRA, Victoria Cecilia Almeida. **A situação das mulheres na sociedade Santomense, democratização de gênero e a participação feminina na esfera produtiva**. 2010, f 64. Monografia. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?sequence=1>>. Acesso: 22 mar. 2016.

SILVA FARIA, Priscila; FURLAN, Gesuatto Paula: **Mulheres vítimas de Violência e o trabalho: Formas de reexistir**. Disponível em: <<file:///C:/Users/manoi/Downloads/227-967-2-PB.pdf>>. Acesso 23 Jun. 2016.

WANDERLEY, Lívio Andrade. **Uma avaliação Econômica dos Países da “Comunidade Econômica dos Estados África Ocidental-CEDEAO” A partir das Exportações:**

Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2028/33A.pdf>>. Acesso: 14 Set. 2016.

SYLLA, Momar Balle. Avaliação da Pobreza na Guiné-Bissau. **Instituto Nacional de Estatística e Censo**. Bissau, Dezembro 2002. Disponível em: <http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/Evaluation_ILAP_em_Portugues.pdf>. Acessado em 12 Fev. 2016.

MINISTERIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>>. Acessado em: 22 Out. 2016.

CAMARA, Samba Tenem; INJAI, Bucar; DABO, Adulai. Estudo Sobre Comercio Informal Transfronteiriço. Nos eixos comerciais de São Domingos, Cambadju, Pitche-Guiné-Bissau, Ziguinchor, Diaobé parte Senegal, Saré Boido parte Guiné-Conakry. **Ministério de Comércio, Valorização dos Produtos Locais e Artesanatos**. Bissau, Novembro 2013.

FERNANDES, Raul Mendes. **O Informal e o Artesanal**: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade.

KEBE, Moustapha; GALLENE Jean e THIAM, Djiby. Programme Pour Le Développement Intégré Des Péches Artisanales En Afrioue De L'ouest. Fao Library An: 347071

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beija. Da Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro. 1ª ed. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda, 2014.